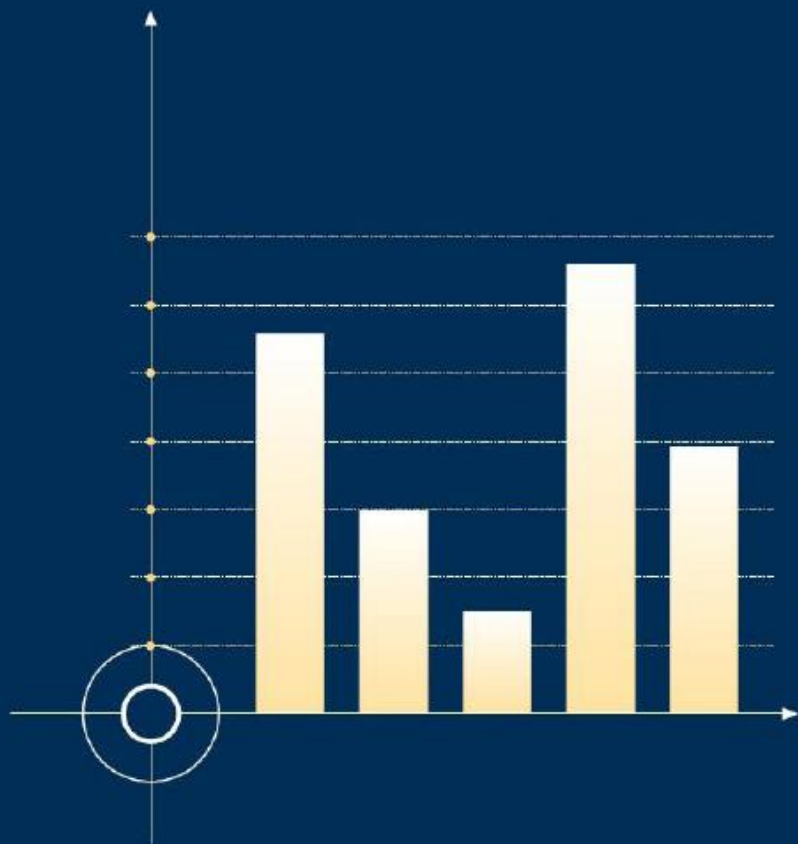


Relatório *Mensal* **de Economia**

Edição da Associação Empresarial de Portugal



RELATÓRIO MENSAL DE ECONOMIA – Nº 170

EDIÇÃO DA

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

JULHO 2009

DESTAQUE.....	3
ECONOMIA INTERNACIONAL	5
ECONOMIA NACIONAL	21
PRINCIPAIS SÍTIOS DA INTERNET CONSULTADOS	44

DESTAQUE

Economia Internacional

O Conselho Europeu tomou uma série de decisões destinadas a criar uma nova arquitectura de supervisão financeira (...) (Pag.5)

Os dados de Maio do Eurostat para a zona do euro indiciam agora uma retoma no desempenho industrial (...) (Pag.8)

(...) o volume de negócios do comércio a retalho [na Europa] continuou a regredir (...) (Pag.9)

(...) o Tesouro autorizou 10 bancos norte-americanos (...) a devolver parte dos fundos (...) que foram emprestados no âmbito do programa de eliminação dos activos problemáticos do sector financeiro (...) (Pag.12)

Os dados prospectivos mais recentes (...) mostraram-se consistentes com uma evolução menos negativa da actividade nos próximos meses [nos EUA], apesar de algum recuo na confiança dos consumidores. (Pag.13)

O relatório mensal de conjuntura mais recente do Banco do Japão (...) confirmou a paragem na deterioração da actividade económica. (Pag.14)

Em Junho, o mercado cambial registou uma forte apreciação da libra face ao euro e ao dólar (...) (Pag.15)

Em Junho, o movimento de subida dos índices accionistas prosseguiu apenas nalguns mercados, com destaque para a inversão na Europa (...) (Pag.16)

As cotações das matérias-primas voltaram a aumentar em Junho (...) (Pag.19)

Segundo a OCDE, os indicadores agora calculados parecem indicar a possibilidade de o ciclo económico ter já atingido o fundo na zona do euro, nos Estados Unidos, no Canadá, no Reino Unido e na China (...) (Pag.20)

Economia Nacional

Mantendo-se a evolução prevista para o PIB, a principal diferença relativamente às previsões de Primavera [do Banco de Portugal] está no comportamento do consumo privado e das exportações (mais negativo em ambos os casos). (Pag.23)

O último boletim de execução orçamental evidenciou um défice de 7305,8 m.e. no primeiro semestre, cerca de 3,8 vezes mais do que em igual período de 2008, traduzindo um aumento de 5,4% na despesa e uma descida de 20,7% na receita. (Pag.24)

O Conselho de Ministros aprovou, para efeitos de consulta, o Código Fiscal do Investimento (...) (Pag.25)

As taxas de juro do mercado monetário europeu baixaram no cômputo de Junho (...) (Pag.32)

Em Junho, o principal índice accionista nacional acompanhou a correcção em baixa dos congéneres europeus (...) (Pag.33)

O indicador de clima económico do INE (...) continuou, em Junho, a inversão na tendência descendente que vinha a experimentar (...) (Pag.33)

Notam-se (...) sinais positivos no consumo, como a melhoria do Índice de Confiança dos Consumidores, mas os restantes indicadores (...) acusam, de um modo geral, a continuação de uma situação de deterioração, ainda que a um ritmo menor. (Pag.35)

No primeiro trimestre, o défice comercial de Portugal fixou-se em 3.940 milhões de euros, um montante que representa um desagravamento de cerca de um terço face ao mesmo período de 2008 (...) (Pag.37)

O índice de produção industrial registou uma quebra homóloga menos acentuada em Maio (...) (Pag.38)

Em Junho, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma taxa de variação homóloga de -1,6%. (Pag.43)

ECONOMIA INTERNACIONAL

1. União Europeia / Zona Euro

1.1. Envolvente

Decorreram as eleições para o Parlamento Europeu, sendo o grupo mais votado o Partido Popular Europeu, que mantém um peso semelhante ao que detinha na câmara anterior. Os grupos socialista, liberal e da esquerda unida viram a sua representação diminuída, aumentando a presença dos Verdes.

O Conselho Europeu de Junho decidiu unanimemente designar o actual Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, para um segundo mandato à frente daquela instituição, para o período de 2009-2014.

O Conselho Europeu tomou uma série de decisões destinadas a criar uma nova arquitectura de supervisão financeira, tendo em vista proteger o sistema financeiro europeu contra riscos futuros e assegurar que os erros do passado não possam nunca repetir-se. Neste âmbito, prevê-se a criação de um Comité Europeu do Risco Sistémico, que acompanhará e avaliará as potenciais ameaças para a estabilidade financeira, bem como a instituição de um Sistema Europeu de Supervisores Financeiros, composto por três novas entidades.

Na sequência das garantias jurídicas acordadas pelo Conselho Europeu de Junho, em resposta às "apreensões manifestadas pelo povo irlandês, **foi marcado para o dia 2 de Outubro um novo referendo na Irlanda à ratificação do Tratado de Lisboa**.

As conclusões de um inquérito, efectuado pela Mercer, consultora de recursos humanos, a 2100 empresas de mais de 90 países, incluindo Portugal, revelam que, **no primeiro semestre deste ano, 71% empresas europeias despediram trabalhadores e 70% prevê novos cortes até ao final de 2009**. Dados do inquérito revelam ainda que os principais cortes no quadro de pessoal ocorreram no sector da indústria e das tecnologias de informação. Concluiu-se também que a medida mais utilizada no combate à crise foi o congelamento dos salários e o adiamento das actualizações salariais. No primeiro semestre, 51% das empresas não procedeu a aumentos.

1.2. Política Monetária

Indicadores monetários e financeiros – zona do euro

	08: II	08: III	08: IV	09: I	Fev-09	Mar-09	Abr-09	Mai-09	Jun-09
Agregado Monetário M3 ⁽¹⁾	10,00	8,90	7,90	5,60	6,40	5,60	5,20	4,50	-
Taxas de Juro Mercado Monetário									
- taxa <i>overnight</i>	4,00	4,25	3,15	1,38	1,26	1,06	0,84	0,78	0,70
- Euribor a 3 meses	4,86	4,98	4,21	2,01	1,94	1,64	1,42	1,28	1,23
<i>Yields</i> Obrig. Estado a 10 anos	4,52	4,40	3,90	3,88	3,85	3,77	3,79	4,18	3,99
Taxas de Juro Bancárias									
- Depósitos a prazo até 1 ano	4,34	4,62	4,26	2,71	2,62	2,24	2,01	-	-
- Emprést. até 1 ano a empresas ⁽²⁾	6,10	6,29	5,98	4,36	4,32	4,03	3,82	-	-

Fonte: Banco Central Europeu; valores médios do período, em percentagem;

(1) Taxa de variação homóloga em média móvel de três meses, em percentagem. Valores corrigidos de todas as detenções de instrumentos negociáveis por agentes residentes fora da zona do euro.

(2) Obrigações com notação AAA.

(3) Taxas de juro para empréstimos até 1 milhão de euros.

O Banco Central Europeu (BCE) manteve as suas taxas de juro de referência na reunião de início de Junho (mínimo histórico de 1%, no caso da taxa das operações principais de refinanciamento).

No mesmo dia, e na sequência da decisão de 7 de Maio de 2009 de comprar *covered bonds* (obrigações hipotecárias e obrigações do sector público) denominadas em euros e emitidas na zona do euro, **o BCE anunciou os detalhes da operacionalização: as compras, no montante de 60 mil milhões de euros, serão distribuídas pela zona do euro** e efectuadas directamente no mercado primário e no mercado secundário desde o início de Julho até Junho de 2010.

No final de Junho, e dando também sequência a uma decisão tomada em 7 de Maio, **o BCE procedeu à primeira de três operações de refinanciamento de prazo alargado de cedência de liquidez, com um valor recorde de 442,2 milhões de euros (m.e.)**. Nessa altura, **o Presidente do BCE alterou para o risco de se poder voltar a observar um período de turbulência financeira**, dado que os riscos financeiros sistémicos ainda não desapareceram.

Na reunião de Junho, **o BCE considerou apropriadas as actuais taxas de juro com base nas habituais análises económica e monetária**, baseadas na informação entretanto disponível, **e tomando também em linha de conta as medidas de apoio ao crédito** decididas no início de Maio. **O BCE reiterou a perspectiva de que a evolução dos preços a médio prazo continuará a ser atenuada pelo enfraquecimento acentuado da actividade económica na zona do euro e a nível mundial, esperando-se uma recuperação da zona do euro em meados de 2010**, em consonância com as últimas projecções macroeconómicas do Eurosistema. **Esta avaliação incorpora efeitos desfasados adversos, tais como uma nova deterioração dos mercados de trabalho, que poderão concretizar-se nos próximos meses**. Ao mesmo tempo, os indicadores disponíveis das expectativas de inflação a médio e a longo prazo permanecem em conformidade com o objectivo do

Conselho do BCE. **Os resultados da análise monetária corroboram a avaliação de uma pressão inflacionista moderada**, dada a nova diminuição, em termos homólogos, do crescimento monetário e do crédito. Neste contexto, o Conselho do BCE espera que a estabilidade de preços seja preservada no médio prazo, apoiando o poder de compra das famílias da zona do euro.

Em termos de políticas orçamentais, o BCE voltou a insistir na necessidade de um ajustamento ambicioso e credível que permita regressar rapidamente a posições sólidas, de forma a garantir a confiança na sustentabilidade das contas públicas. Segundo as últimas projecções da Comissão Europeia, **a grande maioria dos países da zona do euro ultrapassará largamente o referencial de 3% do PIB** para o défice público em 2009 e 2010 (5,3% e 6,5% do PIB na média da área, respectivamente). Segundo o BCE, **a consecução rápida de posições sólidas é necessária para enfrentar os encargos adicionais decorrentes do envelhecimento da população, bem como os riscos associados aos avales estatais de auxílio ao sector financeiro.**

1.3. Economia Real

A OCDE publicou a versão preliminar do seu World Economic Outlook em Junho de 2009 e, em Julho, o FMI fez uma previsão para o comportamento do PIB na zona do euro.

Previsões Macroeconómicas da OCDE – World Economic Outlook – Junho 2009

	2008	2009	2010	2009 FMI Jul 09	2009 BCE Mar 09
Inflação (HICP)	3,3	0,5	0,7		0,1 a 0,5
PIB real	0,6	-4,8	0,0	-4,8	-5,1 a -4,1
Consumo privado	0,3	-1,3	-0,2		-1,3 a -0,5
Consumo público	2,0	1,3	1,4		1,4 a 2,0
FBCF	-0,3	-11,1	-1,3		-12,3 a -10,1
Exportações	0,8				-16,6 a -14,0
Importações	0,9				-13,8 a -11,2
Exp. Líquidas		-1,7	0,0		

Fontes: OCDE, World Economic Outlook, Junho 2009 (colunas a sombreado), FMI e BCE (restantes colunas).

Estas projecções são muito mais pessimistas que as divulgadas no anterior World Outlook no que respeita à evolução do PIB, mas estão dentro dos intervalos da previsão do "staff" do BCE divulgada em Maio.

A informação da OCDE para a Balança Corrente da zona do euro aponta para um défice de 1,1% do PIB em 2009, um défice orçamental agregado de 5,6% do PIB, no mesmo ano, uma taxa de inflação (HICP) de 0,5% (com uma inflação subjacente de 1,3%) e uma taxa de desemprego de 10,0%. A procura interna total cairá 3,1%, tendo a principal contribuição para o comportamento do PIB.

No mês de Maio, segundo informação da Eurostat, **a zona do euro teve um excedente comercial de 1,9 mil milhões de euros** (défice de 3,2 mil milhões em igual mês de 2008). **Relativamente a Abril de 2009, as exportações da zona do euro diminuíram 1,0% e as importações 2,8%** (valores ajustados da sazonalidade). O conjunto da União apresentou um défice de 6,8 mil m.e. (contra 20,7 mil m.e. em igual mês de 2008). Relativamente a Abril, as exportações da União diminuíram 1,0% e as importações 3,2% (valores ajustados da sazonalidade).

Os principais clientes da zona do euro continuaram a ser o Reino Unido e os Estados Unidos e os principais fornecedores a China e os Estados Unidos. No conjunto da União, os principais clientes foram os Estados Unidos e a Suíça, e os principais fornecedores foram os mesmos da zona do euro. Os principais exportadores foram a Alemanha (23,1 mil m.e.) e a França (10,9 mil m.e.) e os principais importadores a Alemanha (19,1 mil m.e.) e o Reino Unido (13,1 mil m.e.).

Os dados de Maio do Eurostat para a zona do euro indicam agora uma retoma no desempenho industrial, tendo a produção aumentado, em termos mensais (de Abril a Maio de 2009), 0,5% na zona do euro e 0,1% no conjunto da UE. O melhor comportamento da indústria no mês de Maio conduziu a diminuições nas quedas homólogas dos vários índices.

Produção Industrial

Zona Euro a 16	Dez 08	Jan 09	Fev 09	Mar 09	Abr 09	Mai 09
Total da Indústria	-12,2	-16,6	-19,2	-18,7	-20,5	-17,0
Bens Intermédios	-21,5	-23,8	-25,7	-25,9	-27,0	-23,4
Energia	-5,0	-0,1	-3,7	-10,3	-12,2	-9,3
Bens de capital	-11,5	-22,1	-25,2	-22,5	-26,8	-22,1
Bens de consumo duradouro	-14,8	-18,6	-22,3	-20,9	-20,8	-21,2
Bens de consumo não duradouro	-3,4	-4,3	-6,5	-5,3	-5,0	-2,2

Fonte: Eurostat; tvh em %, valores revistos

O desempenho do indicador no mês em análise apresentou novamente algumas disparidades entre as suas componentes.

Ao nível dos maiores Estados-membros, saliente-se a ligeira recuperação da produção industrial na Alemanha (passando de uma tvh de -22,3% em Abril para -17,9%). Em Espanha, a queda (de 20,5%) foi

superior à registada em Abril. Fora da zona do euro, a produção industrial do Reino Unido agravou-se muito ligeiramente, passando de uma tvh de -12,0% para -12,1% no mês de Maio.

Em relação aos indicadores de procura interna final, **os dados do Eurostat mostram que o volume de negócios do comércio a retalho continuou a regredir e a taxas mais elevadas do que nos dois meses anteriores.**

Volume de Negócios no Comércio a Retalho

	Dez 08	Jan 09	Fev 09	Mar 09	Abr 09	Mai 09
União Europeia	-1,4	-1,2	-4,0	-2,7	-1,7	-3,1
Zona Euro a 16	-1,7	-2,3	-4,6	-3,3	-2,5	-3,3

Fonte: Eurostat, tvh em %, com correcção de dias úteis.

Fora da zona do euro, observou-se um significativo agravamento do comércio a retalho no Reino Unido, com uma tvh de -2,7% (+2,1% em Abril).

Em Maio, a taxa de variação homóloga dos preços foi de -0,1% na zona do euro, segundo o Eurostat. No conjunto da União Europeia os preços subiram 0,6%, também em tvh.

Inflação

	Tvh			Taxas médias de 12 meses	Taxas mensais
	Jun 09	Mai 09	Abr 09	Jun 09	Jun 09
Zona Euro	-0,1	0,0	0,6	1,8	0,2
UE	0,6	0,8	1,3	2,4	0,2

Fonte: Eurostat, % variação do IHPC – índice harmonizado de preços no consumidor; valores sujeitos a revisão.

Em termos de países da zona do euro, as taxas de inflação homólogas mais baixas verificaram-se novamente em Portugal (-1,6%) e na Irlanda (-2,2%), e as mais elevadas na Finlândia e em Malta. No Reino Unido, os preços subiram 0,8%. Em termos de classes e na zona do euro, a maior descida verificou-se na energia (-11,8%), logo seguida dos transportes (-4,8%); as maiores subidas ocorreram no álcool e tabaco (+4,4%) e nos hotéis e restaurantes (+1,9%).

De acordo com dados do Eurostat (ajustados de sazonalidade), **a taxa de desemprego da zona do euro subiu para 9,5% no mês de Maio**, mais 0,2 p.p. que em Abril. O Eurostat estima, assim, que 15.013 milhões de pessoas na zona do euro se encontrassem em situação de desemprego no mês em destaque. Considerando o cômputo geral da UE, a taxa de desemprego aumentou 0,3 p.p. para 8,9%.

Taxa de Desemprego

	Dez. 08	Jan 08	Fev 09	Mar 09	Abr 09	Mai 09
UE	7,6	8,0	8,3	8,5	8,7	8,9
Zona Euro a 16	8,2	8,6	8,8	9,0	9,3	9,5

Fonte: Eurostat; % da população activa, dados ajustados de sazonalidade.

Os países da zona do euro (com dados disponíveis) com taxas de desemprego mais baixas eram, em Abril, a Holanda (3,2%) e a Áustria (4,3%). Por outro lado, o país com taxa mais alta de desemprego era a Espanha (18,7%) A taxa de desemprego subiu em todos os países da União.

Os últimos resultados fornecidos pelos inquiridos aos consumidores e às empresas (compilados pela Comissão Europeia) **apontam para uma melhoria do clima de confiança dos agentes económicos, tanto na zona do euro como na UE** (ver gráfico abaixo).

Indicador de Confiança na União Europeia

	Jan 09	Fev 09	Mar 09	Abr 09	Mai 09	Jun 09
Indústria	-33	-37	-39	-36	-34	-33
Serviços	-28	-29	-31	-30	-26	-23
Consumidores	-31	-32	-32	-28	-26	-23
Comércio a retalho	-25	-24	-22	-21	-17	-17
Construção	-36	-38	-37	-38	-39	-38
= Indicador do Clima Económico (ESI)	63,1	60,9	60,3	63,9	66,7	71,1

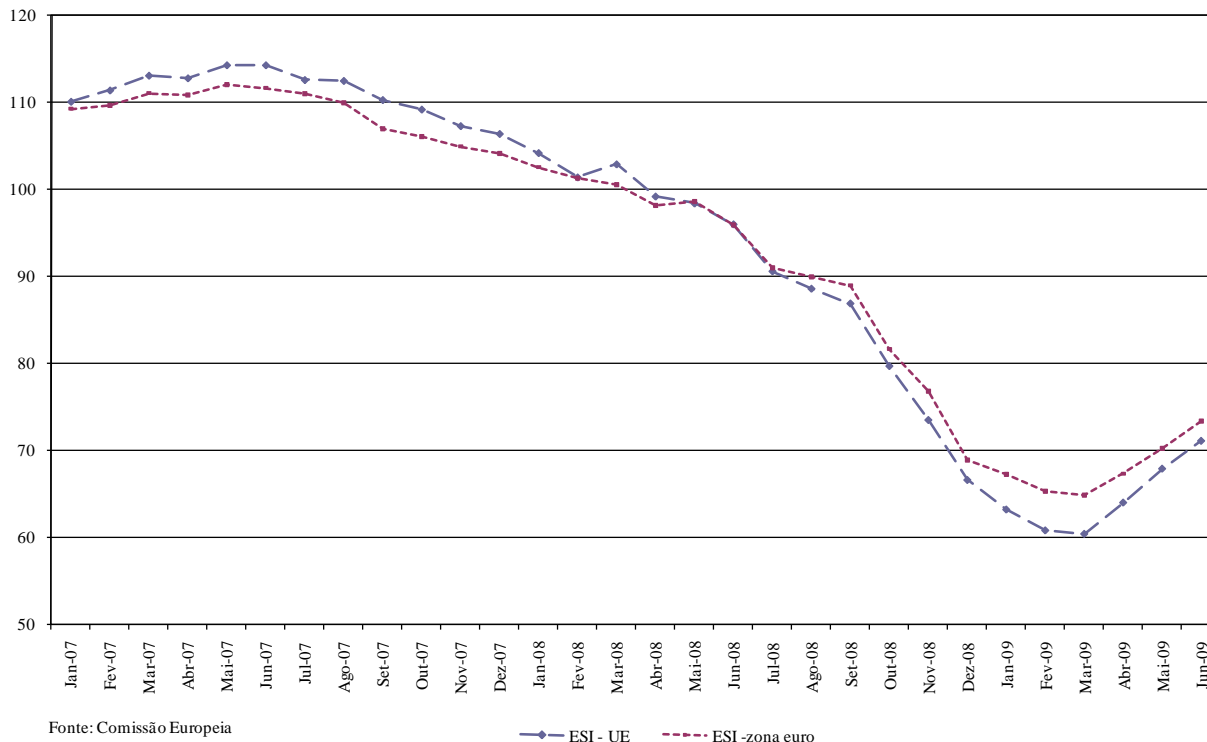
Fonte: Comissão Europeia

No mês de Junho, este indicador melhorou para os 73,3 pontos (aumento de 2,1 pontos) na zona do euro, permanecendo, contudo, ainda num patamar muito abaixo da sua média de longo prazo (valor de referência 100).

O indicador de clima na UE apresentou uma evolução semelhante (um aumento de 4,4 pontos) ao seu homólogo da zona do euro, como se pode ver no quadro acima. De notar que as perspectivas no comércio a retalho se mantiveram idênticas às do mês anterior.

A grande maioria dos países da zona do euro registou evoluções favoráveis neste indicador. No Reino Unido, verificou-se uma melhoria de 2,7 pontos, continuando a tendência de Março e Abril induzida por um maior ou idêntico optimismo em todos os grupos inquiridos (com excepção da indústria, que manteve o valor do mês anterior).

Índice de Clima Económico (ISE) - UE e zona euro



2. Estados Unidos da América

2.1. Envolvente Política, Social e Económica

No final do mês, a Reserva Federal deixou os seus referenciais de política monetária inalterados, pela segunda reunião consecutiva, tendo justificado a decisão com os sinais de menor quebra da actividade económica e estabilização dos mercados financeiros. Por outro lado, a subida recente dos preços das matérias-primas não coloca preocupações sobre a estabilidade de preços devido à reduzida actividade. De acordo com a autoridade monetária, as medidas passadas de estabilização do sistema financeiro e de política fiscal e monetária deverão permitir a retoma gradual da trajectória de crescimento sustentado num contexto de estabilidade de preços. No que se refere às medidas quantitativas de política monetária (aferidas pelo novo objectivo intermédio do tamanho do balanço do Banco Central), a Reserva Federal limitou-se a confirmar as compras já anunciadas de dívida hipotecária e do Tesouro até ao final do ano (14,5 e 0,3 biliões de dólares, respectivamente).

No mês de Junho, o Secretário do Tesouro Tim Geithner, apresentou uma proposta de reforma do sistema de regulação financeira ao Congresso, onde se destaca a atribuição de novos poderes de supervisão do risco sistémico à Reserva Federal, complementada com a criação de

um conselho de reguladores. Em contrapartida, o actual papel de protecção do consumidor financeiro será retirado à Reserva Federal e concentrado numa agência já existente nesse âmbito. **Um dos elementos mais importantes do pacote de medidas é a criação de um regime de insolvência especial para as grandes instituições financeiras,** atenuando os incentivos actuais para incorrer em riscos elevados devido ao elevado impacto sobre o sistema financeiro (“too big to fall”). **Nesse novo regime, poderá ser permitida a falência de um conjunto de operações da empresa,** com perda para os accionistas, **mantendo-se as mais importantes para a estabilidade do sistema financeiro.** De acordo com Geithner, **as propostas de reforma pretendem evitar os excessos financeiros que conduziram à actual crise sem penalizar a inovação financeira e a alocação dinâmica de capital, potenciadoras do crescimento económico.**

Pouco tempo antes, **o Tesouro autorizou 10 bancos norte-americanos, incluindo o JP Morgan Chase e a Goldman Sachs, a devolver parte dos fundos** (68 mil milhões de dólares) **que foram emprestados no âmbito do programa de eliminação dos activos problemáticos do sector financeiro, fornecendo um sinal de estabilização do sistema financeiro.** Esse dinheiro poderá agora ser canalizado para outros bancos que dele necessitem, segundo o Tesouro. **Isto também significa que o plano delineado pelo Governo para a aquisição destes activos, entretanto adiado por questões de operacionalização, poderá nunca vir a ser implementado.**

2.2. Economia Real

Em Junho, o índice de preços no consumidor registou a quebra homóloga mais acentuada desde 1950 (1,4%, após uma descida de 1,3% em Maio), **reflectindo a descida dos preços da energia, para o que contribui um efeito de base significativo,** devendo atenuar-se e reverter a partir do final do ano. **Excluindo as componentes da energia e alimentação, o índice registou um crescimento homólogo de 1,7%** (o mais baixo desde Janeiro), menos 0,1 p.p. que no mês anterior.

Os dados sectoriais mais recentes evidenciaram um reforço das quebras de actividade na construção e (em menor medida) **na indústria, mas também um desagravamento significativo no caso dos serviços:**

- em Junho, o índice de produção industrial registou uma perda homóloga de 13,6% traduzindo um reforço de 0,1 p.p. face à descida verificada em Maio;
- o índice compósito ISM para os serviços aumentou pelo terceiro mês consecutivo em Junho (para 47,7 pontos), encontrando-se já próximo do referencial de expansão (50 pontos);

- as despesas de construção registaram um agravamento da queda homóloga em Maio (12,6%, em termos nominais, após 10,5% no mês anterior), mas que traduziu sobretudo o abrandamento do sector não residencial, mantendo-se praticamente inalterada a descida no segmento de habitação.

De acordo com o Departamento do Trabalho, **a taxa de desemprego aumentou para 9,5% em Junho** (mais 0,1 p.p. que no mês de Maio), **traduzindo o nível mais elevado desde 1983. O inquérito às famílias mostrou também uma nova subida do número de desempregados, para próximo dos 15 milhões.** No inquérito às empresas, **o número de empregados do sector não agrícola apresentou uma descida superior à dos meses precedentes, com destaque para a perda mais forte nos serviços.**

Os dados prospectivos mais recentes, do instituto Conference Board, mostraram-se consistentes com uma evolução menos negativa da actividade nos próximos meses, apesar de algum recuo na confiança dos consumidores. O índice de indicadores avançados, que vinha a recuar desde um máximo em Julho de 2007, recuperou de forma significativa em Abril e Maio, apontando para um menor ritmo de contracção. Em Junho, no entanto, o índice de confiança dos consumidores registou uma descida (reflectindo, em larga medida, a evolução desfavorável no mercado de trabalho), mas a tendência dos meses mais recentes é ainda de recuperação.

3. Japão

3.1. Envoltente Política, Social e Económica

Em Junho, tanto o Banco do Japão como o Governo nipónico referiram que as condições económicas do país pararam de se deteriorar, em face dos sinais de recuperação da produção industrial e das exportações, e do andamento menos desfavorável do consumo. **No entanto, o Governador do Banco do Japão, Masaaki Shirakawa, referiu que é ainda demasiado cedo para retirar as medidas extraordinárias de estímulo monetário porque os sinais de retoma podem não ser sustentados.**

No início de Julho, o primeiro-ministro Taro Aso procedeu a uma remodelação governamental, já a poucos meses das eleições legislativas (previstas para o início de Setembro), destacando-se a substituição do Ministro da Economia, que passa a ser Yoshimasa Hayashi.

3.2. Economia Real

O relatório mensal de conjuntura mais recente do Banco do Japão, já referente a Julho, confirmou a paragem na deterioração da actividade económica. Para além da melhoria da produção industrial e das exportações, foi também salientado o aumento do investimento público, amortecendo a quebra acentuada da despesa privada de capital, em particular a realizada pelas empresas, embora já se comece a notar alguma inversão nos indicadores de confiança empresarial. O consumo privado permaneceu enfraquecido, segundo o Banco do Japão.

O índice de preços no consumidor registou um agravamento significativo do ritmo de quebra homóloga no mês de Maio (1 p.p., para 1,1%), **correspondendo sobretudo à descida mais forte da componente energética.** Excluindo as rubricas de energia e alimentação, a perda homóloga passou de 0,4% para 0,5%.

A informação mais recente sobre a despesa de consumo das famílias, referente a Maio, mostrou uma retoma do crescimento, tanto em termos homólogos como em variação mensal (variações reais de 0,3% e 2,2%, respectivamente, após vários meses seguidos de quebra).

Em Maio, a taxa de desemprego aumentou pelo quarto mês consecutivo, atingindo um máximo de quase seis anos (5,2%, mais 0,2 p.p. que em Abril). A subida traduziu o aumento do número de desempregados e também dos inactivos.

Os indicadores avançados mais recentes apontaram para um menor ritmo de contracção da actividade económica nos próximos meses. O indicador mensal de condições de negócios aumentou pelo quarto mês consecutivo em Maio, situando-se pela primeira vez desde Junho de 2007 acima da referência de expansão (50 pontos). De acordo com o inquérito trimestral Tankan do Banco do Japão, **no segundo trimestre verificou-se uma recuperação da confiança entre as grandes empresas industriais** nipónicas, pela primeira vez em dois anos e meio, mantendo-se, contudo, num nível bastante baixo. Por outro lado, os dados mostraram também uma revisão em baixa das perspectivas de investimento. Em Junho, **o índice de confiança dos consumidores aumentou para o máximo desde Dezembro de 2007,** tendo-se observado uma melhoria em todas as componentes (incluindo as condições de emprego, surpreendentemente).

4. Mercados e Organizações Internacionais

4.1. Mercado de Câmbios

Cross rates das principais divisas internacionais

(fecho das sessões de início e fim das semanas de Junho)

	Dólares por Euro	Libras por Euro	Ienes por Euro	Libras por Dólar	Ienes por Dólar
Segunda, 1	1,422	0,868	134,890	0,610	94,859
Sexta, 5	1,418	0,879	137,480	0,620	96,974
Segunda, 8	1,387	0,871	136,530	0,628	98,464
Sexta, 12	1,400	0,854	137,550	0,610	98,222
Segunda, 15	1,385	0,847	136,080	0,612	98,253
Sexta, 19	1,393	0,847	134,840	0,608	96,784
Segunda, 22	1,386	0,843	133,020	0,608	95,988
Sexta, 26	1,410	0,854	134,500	0,606	95,417
Segunda, 29	1,406	0,849	134,030	0,604	95,341
Terça, 30	1,413	0,852	135,510	0,603	95,875
<i>Varição (1)</i>	<i>0,26%</i>	<i>-2,38%</i>	<i>0,21%</i>	<i>-2,63%</i>	<i>-0,04%</i>

(1) *Varição registada entre a última cotação do mês em análise e a última cotação do mês anterior.*

Nota: cálculo com base no 'fixing' do Banco Central Europeu

Em Junho, o mercado cambial registou uma forte apreciação da libra face ao euro e ao dólar, devido aos sinais de estabilização da economia britânica, cotando-se em máximos de sete e nove meses, respectivamente. O euro chegou a ser pressionado em baixa devido aos receios de perdas elevadas no sector bancário europeu, mas recuperou depois na parte final de Junho após uma nova injeção de liquidez do BCE no Eurosistema, registando mesmo uma subida ligeira em relação ao dólar e ao iene em variação mensal. A diminuição da aversão ao risco (pese embora algum ressurgimento na parte final do mês) voltou a atenuar a procura do dólar como moeda refúgio, pressionando também em baixa a cotação do iene devido à retoma das operações de *carry trade*, em que é usado como divisa de financiamento. A cotação entre estas as duas moedas praticamente não se alterou em Junho.

A variação das principais taxas de câmbio no conjunto do mês/semestre foi a seguinte: apreciação da libra face ao dólar (2,26%/11,91%) e ao euro (2,38%/10,54%), e do euro em relação ao dólar (0,26%/1,56%) e ao iene (0,21%/7,43%); a variação do câmbio entre o iene com o dólar foi quase insignificante em termos mensais, tendo-se verificado uma subida do dólar de 5,78% no semestre.

De notar que **as variações no semestre foram, com excepção do câmbio iene/dólar, no mesmo sentido que as verificadas em Junho, representando em todos os casos uma inversão do movimento registado no conjunto de 2008.**

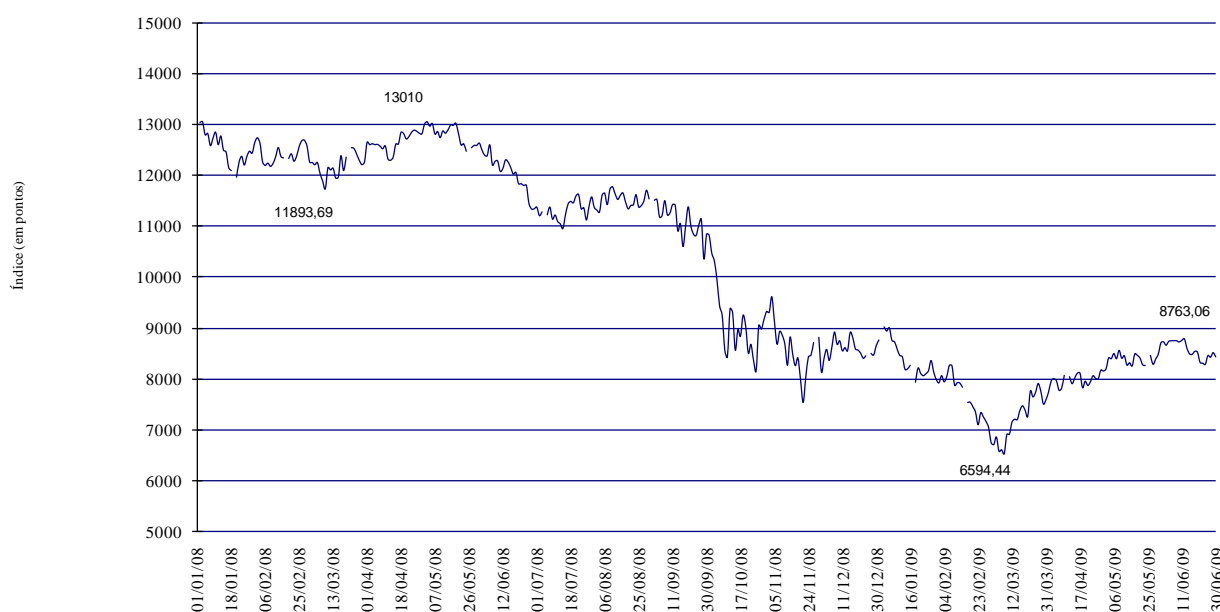
4.2. Mercados Bolsistas Internacionais

Em Junho, o movimento de subida dos índices accionistas prosseguiu apenas nalguns mercados, com destaque para a inversão na Europa em face dos receios em torno do sector bancário. No final do mês, as bolsas recuaram com a revisão desfavorável das previsões económicas do Banco Mundial, destoando da perspectiva de retoma económica que vinha a sustentar a subida dos índices, alguns dos quais registaram ganhos significativos no semestre.

No mercado norte-americano, o índice de referência Dow Jones Industrials (DJI), representativos dos títulos mais tradicionais, registou uma ligeira quebra mensal (0,6%), em contraste com a subida de 3,4% no índice tecnológico Nasdaq, que se situou no máximo desde Outubro de 2008. No conjunto do semestre, o Nasdaq valorizou-se 16,4%, enquanto o DJI foi penalizado pelo comportamento muito negativo de alguns dos 30 títulos que integram a sua carteira, tendo recuado 3,8%.

No mercado de obrigações, a *yield* dos títulos do Tesouro a 10 anos aumentou para um máximo de oito meses em meados de Junho (3,98%), a reflectir os receios quanto ao impacto das medidas de estímulo económico sobre a inflação a médio e longo prazos, recuando depois até 3,53% no dia 31 (pouco acima do valor de final de Maio, 3,47%) devido à compra programada de dívida pública da Reserva Federal.

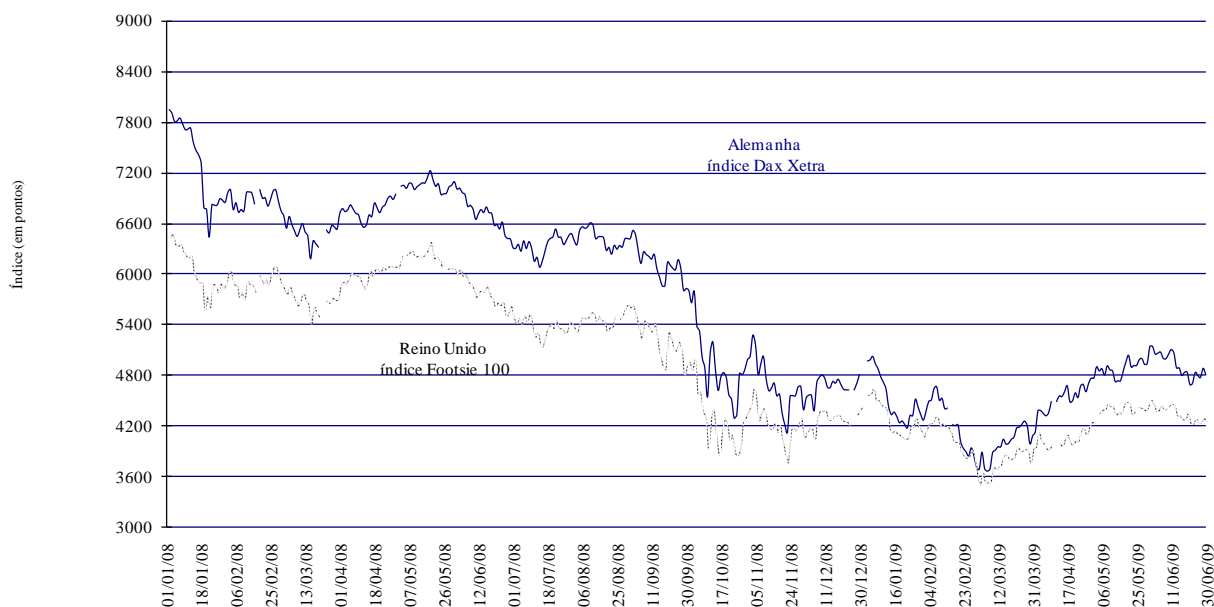
Estados Unidos - índice Dow Jones Industrials



Fonte: Yahoo Finance

Os índices de referência das duas principais praças europeias foram penalizados pela descida dos títulos do sector financeiro, tendo-se registado quebras de 2,68% do Dax Xetra e de 3,82% no Ftse-100. No conjunto do semestre, a cotação do Dax praticamente não se alterou, enquanto o Ftse recuou 4,2%.

Alemanha e Reino Unido



Fonte: Yahoo Finance

O índice nipónico Nikkei 225 manteve uma forte subida em Junho (4,6%), em reflexo dos sinais de estabilização da actividade económica, alargando o ganho acumulado no ano para 12,4%.

4.3. Mercados de Matérias-Primas

	2007	2008	1T 09	2T 09	Mai-09	Jun-09
Brent (Mar do Norte)	72,7	97,7	45,0	59,1	57,9	68,6
Algodão	63	71	55	60	62	61
Alumínio (99,7% pureza)	2640	2578	1365	1494	1464	1586
Cobre	7132	6963	3453	4682	4595	5013
Chumbo	2579	2093	1164	1504	1450	1668
Níquel	37136	21141	10562	13019	12763	14962
Estanho	14495	18467	11109	13570	13872	15009
Zinco	3250	1885	1181	1478	1492	1555
Minério de Ferro (Fe) ⁽¹⁾	85	141	141	141	141	141

Fonte: Fundo Monetário Internacional
Cotações Spot; média das cotações diárias, excepto no caso do algodão (média das cotações semanais).

Unidades: *brent*: dólares por barril; algodão: cêntimos de dólar (cts USD) por libra de peso (1 libra de peso equivale a 453,6 gramas); alumínio (grau de pureza mínimo de 99,5%), cobre, chumbo, níquel, estanho, zinco: dólares por tonelada; minério de ferro: cts USD por 1% Fe DMTU (Dry Metric Ton Unit), tendo o minério Carajas Fines (Brasil) um conteúdo de 67,55% Fe DMTU – por exemplo, uma cotação de 77 cts USD / DMTU (Carajas) equivale a 52,01 USD / tonelada.

⁽¹⁾ os preços do Minério de ferro são estabelecidos em cada ano pelas três principais empresas a nível mundial (CVRD, Rio Tinto e BHP Militon), constituindo a referência para os restantes produtores; deste modo, as cotações apenas variam anualmente.

As cotações das matérias-primas voltaram a aumentar em Junho, para o que contribuíram os sinais de recuperação da economia chinesa, reforçando a perspectiva de melhoria da procura global, não obstante a revisão desfavorável das projecções económicas do Banco Mundial no final do mês.

O preço médio do *brent* valorizou-se de forma acentuada em Junho, para um máximo de oito meses (68,6 dólares por barril, mais 18,5% que em Maio), reflectindo os ataques de rebeldes a instalações petrolíferas na Nigéria, mas sobretudo o reconhecimento da melhoria dos fundamentais da procura pela Agência Internacional da Energia, que reduziu a previsão de quebra da procura global neste ano. Na parte final do mês, registou-se alguma correcção em baixa das cotações diárias com a divulgação de uma subida dos *stocks* nos EUA. **No conjunto do semestre,** (comparação com o preço médio de Dezembro de 2008), **o *brent* valorizou-se cerca de 65%, apesar de, em termos homólogos, se registar ainda uma quebra significativa (48,4% em Junho).**

Em contra-ciclo, a cotação média do algodão recuou 1,6% em Junho (para 61 cêntimos de dólar por libra de peso), possivelmente ainda a reflectir o anúncio de venda de um montante não especificado de *stocks* de fibras pela China. Apesar de tudo, **a variação acumulada no primeiro semestre foi positiva (10,9%),** tendo-se verificado uma quebra de 20,8% em termos homólogos no mês de Junho.

Os sinais mais favoráveis da procura impulsionaram a generalidade das cotações médias dos metais, com os ganhos mensais a oscilarem entre 4,2% no zinco e 17,2% no níquel, e os semestrais entre 32,9% no estanho e os 72,3% no chumbo (sem contar com o ganho de 5,5% no alumínio, bastante abaixo das restantes cotações, tendo também registado a quebra mais acentuada em termos homólogos, 46,6%).

4.4. Comércio Internacional / Organização Mundial do Comércio (OMC)

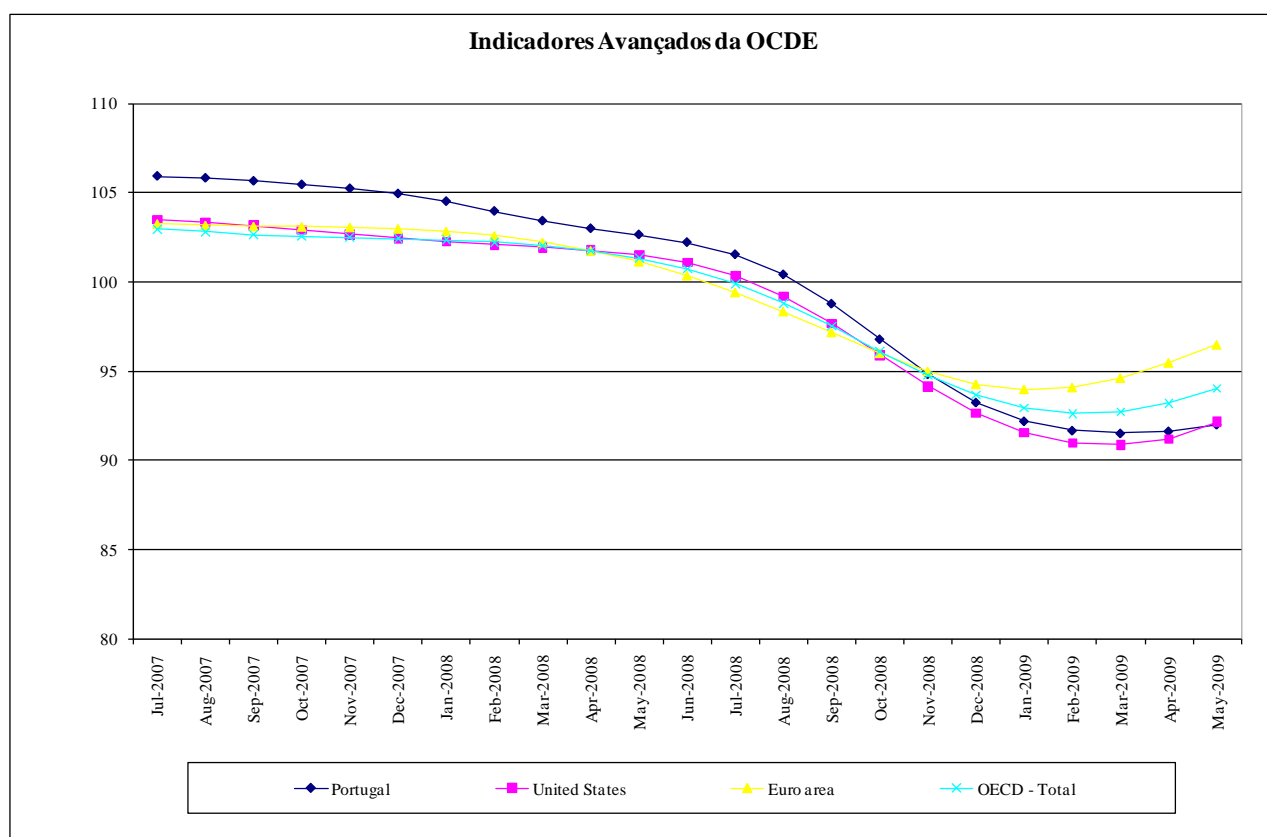
Na apresentação do seu relatório periódico ao Trade Policy Review Board em 13 de Julho, Pascal Lamy, Director-geral da OMC, chamou mais uma vez a atenção para o facto de “**uma crise global necessitar de soluções globais**”. Alertou, igualmente, que algumas melhorias pontuais não são motivo para optimismos, porque, apesar dos sinais de estabilização nos mercados financeiros, a crise está longe de estar terminada. Lembrou que a economia mundial se continua a contrair com uma previsão de queda do PIB de 2,9% em 2009, e de 10% no caso do comércio mundial em volume (14% nos países desenvolvidos

e de 7% nos países em desenvolvimento). **Realçou o papel dos G20 no encontro destas soluções globais e a necessidade de concluir as negociações de Doha.**

4.5. Organizações Económicas Internacionais

Em informação divulgada no início do mês de Julho, a OCDE considera que os seus Indicadores Compostos Avançados (CLI) revelam uma menor deterioração de algumas das principais economias mundiais, confirmando as indicações de Junho.

Os CLI são medidas desenhadas pela OCDE para prever pontos de viragem no ciclo económico. Segundo a OCDE, os indicadores agora calculados parecem indicar a possibilidade de o ciclo económico ter já atingido o fundo na zona do euro, nos Estados Unidos, no Canadá, no Reino Unido e na China, com sinais potenciais de retoma na Itália e na França, mas apontam para a continuação do abrandamento no Japão.



Tanto a OCDE como o FMI publicaram versões preliminares ou revisões dos seus World Economic Outlook. As previsões de ambos continuam a ser de retracção em 2009 e ligeira recuperação em 2010.

Previsões para a zona da OCDE

	2009	2010
PIB	-4,1	0,7
Consumo privado	-1,5	0,4
FBCF	-12,8	-0,3
Procura interna total	-3,7	0,8
taxa de desemprego (% da pop. Activa)	8,5	9,8
Saldo da Balança Corrente (% do PIB)	-0,9	-0,9
Inflação	0,6	0,8
Contribuições para o PIB (% do PIB do período anterior)		
Procura interna Final	-3,2	0,6
Variação de stocks	-0,7	0,1
Exportações Líquidas	-0,2	0
Comércio Mundial	-16	2,1
PIB mundial	-2,2	2,3

Fonte: OCDE, Word Economic Outlook preliminar Junho 2009, taxas em tvh excepto onde referido; dados para zona da OCDE excepto onde referido

Previsões do FMI

	2009	2010
PIB mundial	-1,4	2,5
Comércio mundial	-12,2	1

Fonte: FMI, Word Economic Outlook Julho 2009, taxas em tvh

ECONOMIA NACIONAL

1. Envolvente Política, Social e Económica

Projeções macroeconómicas

A OCDE divulgou, no final do mês de Junho, novas previsões para a economia portuguesa integradas na primeira edição de 2009 do seu Economic Outlook. Nestas previsões, prevê uma queda do PIB em 4,5% em 2009. Esta nova previsão é um pouco mais pessimista do que as dos outros organismos, nomeadamente a Comissão Europeia, que previa, em Maio, uma queda de 3,7%.

Economic Outlook da OCDE para Portugal

	2009	2010
PIB	-4,5	-0,5
Consumo Privado	-2,4	0,0
Consumo Público	0,4	-0,2
FBCF	-18,7	-1,2
Procura interna total	-6,0	-0,1
Exportações	-21,5	-1,2
Importações	-21,1	-0,1
Exportações Líquidas	2,1	-0,3
HICP	-0,2	1,0
Taxa de Desemprego (% da pop. activa)	9,6	11,2
Poupança das famílias (% do rendimento disponível)	10,0	10,9
Saldo financeiro das Administrações (% do PIB)	-6,5	-6,5
Saldo da Balança Corrente (% do PIB)	-9,5	-10,7

Fonte: Base de dados da OCDE; valores em tvh excepto onde referido.

Estas previsões **assentam, fundamentalmente, numa substancial quebra da procura interna alimentada, decisivamente, pela queda do investimento**. Relativamente às previsões de Primavera da Comissão Europeia, a queda é sensível tanto no consumo privado (de 1,3% para 2,4%) como no investimento (de 14,4% para 18,7%).

Relativamente a outras previsões, **a queda esperada no comércio externo é, também, mais acentuada, mas a contribuição da procura externa para o PIB continua ser positiva**, dado o decréscimo nas importações ser maior que o das exportações, o que conduz a um défice da Balança Corrente mais favorável em 2009 do que em 2008.

As projecções para a taxa de desemprego são claramente mais pessimistas do que as estimativas divulgadas anteriormente por outras instituições, sendo igual à prevista pelo FMI em Maio. Dado o desfasamento dos efeitos do ciclo económico sobre esta variável, a OCDE espera um agravamento desta taxa em 2010.

Relativamente às finanças públicas, as previsões situam-se próximas das divulgadas por outras instituições. É calculado que 0,8 p.p. do défice orçamental de 2009 em percentagem do PIB seja devido aos estímulos postos em prática, sendo o agravamento restante devido, principalmente, à perda de receitas.

Em conclusão, a OCDE prevê que a recuperação será lenta e tímida em 2010. Espera, também, que a inflação subjacente atinja 0,0% no final de 2010.

O Banco de Portugal divulgou, no seu Boletim Económico de Verão, novas projecções para a Economia Portuguesa.

Previsões de Verão do Banco de Portugal

	2009	2010	2009 (variação face a Prev.Primavera)	2009 (variação face a Prev.OCDE acima)
PIB	-3,5	-0,6	0	1
Consumo privado	-1,8	-0,6	-0,9	0,6
Consumo público	1	0,7	0,6	0,6
FBCF	-14,3	-3,8	0,1	-1,5
Procura Interna	-4,5	-0,7	1	1,5
Exportações	-17,7	-0,9	-5,4	3,8
Importações	-17,1	-1,2	-5,4	4
Contribuições para o PIB (% do PIB)				
Exportações Líquidas	1,4	0,2	1,1	n.d.
Procura Interna	-4,9	-0,7	-1	n.d.
Saldo da Balança Corrente e de Capital (% do PIB)	-8,3	-9,6	-0,4	n.c.
Balança Comercial (em % do PIB)	-6,5	-6,6	-0,1	n.d.
Inflação (HIPC)	-0,5	1,3	-0,3	-0,3

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico de Verão. n.c. – não comparável; n.d. – não disponível

Mantendo-se a evolução prevista para o PIB, a principal diferença relativamente às previsões de Primavera está no comportamento do consumo privado e das exportações (mais negativo em ambos os casos). A maior queda das exportações é compensada por uma maior diminuição

das importações, conduzindo a uma contribuição mais positiva da procura externa líquida para o PIB.

O BdP não quantifica as suas previsões para o desemprego, mas prevê uma queda no emprego de cerca de 3% e uma estagnação da população activa.

A contracção na oferta será especialmente forte na indústria transformadora e na construção.

Contas Públicas

Estimativa de Execução Orçamental do Estado

	Jan-Jun 2008	Jan-Jun 2009	variação homóloga
Receita corrente	19564,3	15808,8	-19,2%
Despesa corrente	21033,8	22080,0	5,0%
Saldo corrente	-1469,5	-6271,2	326,8%
Receita de capital	747,7	296,2	-60,4%
Despesa de capital	1179,4	1330,7	12,8%
Saldo de capital	-431,7	-1034,5	139,6%
Saldo de execução orçamental	-1901,2	-7305,8	284,3%
Saldo primário	1095,7	-4389,1	-500,6%

valores em milhões de euros (m.e.); óptica da Contabilidade Pública; s.s. – sem significado

Nota: os valores de despesa excluem gastos de anos anteriores, activos financeiros, passivos financeiros e a transferência para o Fundo de Regularização da Dívida Pública.

Fonte: Direcção-geral do Orçamento (DGO) - Boletim de Execução Orçamental

O último boletim de execução orçamental evidenciou um défice de 7305,8 m.e. no primeiro semestre, cerca de 3,8 vezes mais do que em igual período de 2008, traduzindo um aumento de 5,4% na despesa e uma descida de 20,7% na receita.

No caso da receita, a evolução resultou sobretudo da quebra de 21,6% da receita fiscal, que foi de 10,1% sem contar com as medidas de política (redução do prazo médio dos reembolsos de IVA e de IRS, do limite mínimo do Pagamento Especial por Conta, e da taxa normal de IVA de 21% para 20%), traduzindo, nesse cenário, um agravamento de 0,3 p.p. face à descida no acumulado de Janeiro a Maio. O recuo dos impostos directos (expurgado do efeito das medidas referidas) manteve-se face ao acumulado até Maio (variação homóloga de -6,5%, repartida entre 1% no IRS e -18,3% no IRC), mas nos impostos indirectos verificou-se um reforço da descida para 12,9% (mais 0,5 p.p.), com destaque para o comportamento mais negativo do IVA (de uma quebra de 14,8% para 15,5%). A menor quebra do ISP (1,1 p.p., para 7,8%) foi insuficiente para contrariar a evolução desfavorável do IVA.

Ao nível da despesa, os dados do primeiro semestre evidenciaram uma taxa de crescimento homóloga de 12,8% na despesa de capital e de 5% na despesa corrente, traduzindo

acréscimos de 7,6 p.p. e de 0,8 p.p. face às registadas até Maio. **A aceleração do investimento deveu-se à execução da medida “Modernização das escolas”** da Iniciativa para o Investimento e o Emprego. **No caso da despesa corrente**, considerando os ajustamentos de comparabilidade necessários devido ao novo circuito de contribuições do Estado para a CGA, **o aumento da taxa de crescimento resultou do menor recuo dos encargos com a dívida** (2,7%, face a 13,3% no acumulado até Maio), **mais do que compensando o abrandamento da despesa corrente primária** (de 6,5% para 6,2%). Nesta, a desaceleração de 0,1 p.p. nas transferências correntes (para 8,4%) foi suficiente para contrariar o reforço ligeiro do crescimento da despesa com pessoal (de 0,3% para 0,7%).

As taxas de execução da despesa e da receita no primeiro semestre situaram-se em 47,6% e 38,9%, respectivamente, abaixo do padrão de execução uniforme ao longo do ano (50%).

Sistema Fiscal

O Conselho de Ministros aprovou, para efeitos de consulta, o Código Fiscal do Investimento, através do qual: (i) se procede à unificação do procedimento aplicável à contratualização dos benefícios fiscais ao investimento produtivo em território nacional e ao investimento com vista à internacionalização das empresas portuguesas; (ii) se alarga o regime de atribuição de benefícios fiscais ao investimento até 31 de Dezembro de 2020; (iii) se revêem as aplicações relevantes e as despesas elegíveis; e (iv) se prevê um regime de incentivo à investigação e desenvolvimento.

Os benefícios previstos no Código Fiscal de Investimento traduzem-se na concessão de um crédito de imposto em sede de IRC, que pode ir até 20% do investimento elegível realizado, e na isenção ou redução de taxas em sede de IMI, IMT e Imposto do Selo.

O benefício fiscal é válido quer para empresas nacionais quer para empresas estrangeiras que façam investimentos em Portugal superiores a cinco milhões de euros, até ao ano de 2020.

Este regime de benefícios de natureza excepcional e carácter temporário, tem como objectivo a promoção de projectos de investimento que sejam relevantes para o desenvolvimento do tecido empresarial nacional e de sectores com interesse estratégico para a economia portuguesa, designadamente na indústria extractiva, transformadora, agrícola, tecnologias de informação, ambiente, energia e telecomunicações.

O Conselho Interministerial de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento será o órgão que centralizará os procedimentos associados à concessão, acompanhamento, renegociação e resolução dos contratos em causa.

Ainda no âmbito do Código Fiscal do Investimento, **Carlos Lobo**, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, **anunciou a criação de um regime especial de tributação em IRS (com uma taxa de**

20%) para residentes não habituais, no caso de mão-de-obra qualificada, como gestores, administradores e cientistas.

Em Espanha estas situações são tributadas a uma taxa de 24%.

O ministério das Finanças revelou que **no âmbito da Operação Resgate Fiscal, até 18 de Junho de 2009, foram recuperados, de mais de 20 mil empresas infractoras, 340 milhões de euros**, entre dívida exequenda, juros de mora e coimas. Do conjunto de infracções em causa, 1.315 correspondem ao não pagamento de IRS e IRC, sendo as restantes 18.685 relativas a dívidas de IVA.

Desde o seu lançamento em Agosto de 2008 que esta operação tem possibilitado uma média de cobrança de 1,5 milhões de euros por dia.

Informação constante da Conta Geral do Estado revela que a **Administração Fiscal, em 2008**, por decisão judicial, reclamação dos contribuintes, anulações efectuadas pelos próprios serviços e declarações de substituição, **teve que prescindir de mais de 536,1 milhões de euros de impostos cobrados a mais de 318 mil contribuintes.**

O IRC foi objecto do maior número de anulações, num montante de 189,9 milhões de euros, seguido do IVA com um montante de 125,6 milhões.

O Conselho de Ministros aprovou, em sede de IVA, um diploma que estabelece novas regras de localização das prestações de serviços de carácter internacional. Visa-se com estas alterações, que entrarão em vigor a 1 de Janeiro de 2010, que a tributação se efectue no país em que ocorre o consumo dos serviços.

Assinala-se ainda a supressão da obrigação de entrega de um mapa anual recapitulativo das vendas à distância, bem como, a criação do regime de reembolso do IVA aplicável às situações em que o requerente é residente num Estado-membro da Comunidade, mas em que o IVA foi suportado noutro Estado-membro diferente.

O Conselho de Ministros aprovou alterações ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, possibilitando **o desdobramento dos tribunais tributários em três níveis de especialização (Juízo de grande instância tributária, Juízo de média instância tributária e Juízo de pequena instância tributária).**

Pretende-se qualificar a resposta destes tribunais, procedendo-se a uma especialização assente no valor e no tipo de acções, de forma a resolver com mais celeridade as acções mais simples e a dar às acções complexas uma resposta mais eficaz por parte dos tribunais.

Política Industrial e Comercial e Investimentos Públicos

A Linha PME Investe III apoiou, até 25 de Junho, 25390 empresas, das quais 95,4% são micro e pequenas empresas. Globalmente, o valor das operações ascendeu a cerca de 1530,5 milhões de euros (valor médio por operação de 60 mil euros), correspondendo a uma taxa de utilização de 96%.

Considerando a totalidade das três primeiras linhas (PME Investe I, II e III), o número de operações aprovadas ascendeu nessa data a 29857, a que correspondeu um valor global de 3081,1 milhões de euros (valor médio por operação de 103 mil euros). Em termos acumulados, a taxa de utilização situou-se em 92%. As tabelas seguintes apresentam as taxas de aprovação e a distribuição sectorial.

Taxa de aprovação*

	Nº Operações	Valor das operações
PME Investe I	67,5%	66,8%
PME Investe II	86,1%	82,4%
PME Investe III	88,5%	86,5%
Total	87,1%	79,6%

*Operações Aprovadas/Operações Entradas

Distribuição sectorial (PME Investe I, II e III)

	Nº Operações Aprovadas	Valor das Operações Aprovadas
Indústria	22%	43,0%
Comércio	38%	27,5%
Construção	12%	9,8%
Serviços	17%	7,7%
Turismo	6%	6,6%
Outros sectores	5%	5,3%
Total	100%	100,0%

Por regiões, destaque-se, em termos de número de operações aprovadas e do respectivo valor, a região Norte (com 41% e 42%, respectivamente), seguindo-se as regiões Centro (28% e 33%, respectivamente), Lisboa (21% e 17%, respectivamente), Alentejo (6% e 5%, respectivamente), e Algarve (4% e 3%, respectivamente). As regiões autónomas da Madeira e dos Açores concentraram, conjuntamente, menos de 1%, quer em número, quer em valor das operações.

No âmbito dos sistemas de incentivos do QREN dirigidos às empresas, foram aprovados até Junho cerca de 2500 projectos, que envolveram conjuntamente um investimento elegível de quase 4 mil milhões de euros e um montante de incentivo de 1,25 mil milhões de euros. Em termos de repartição pelos três Sistemas de Incentivos, foram aprovados no âmbito do SI I&DT 631 projectos (25,7% do total), que envolveram um investimento de 365 milhões de euros (9,3% do total) e um incentivo de 203 milhões de euros (16,2% do total). No SI Qualificação e Internacionalização, foram aprovados 1308 projectos (53,2% do total), correspondendo a 8% do investimento elegível total e a cerca de 11% do incentivo global. Por último, o SI Inovação, que envolve projectos de maior dimensão, aprovou 520 projectos (21,1% do total), a que correspondeu a maior fatia do investimento elegível (82,6%) e, também, do incentivo atribuído (72,8%).

Segundo a COSEC, ***a linha de 420 milhões de euros destinada a mercados da OCDE, incluindo o mercado doméstico e constituída como garantia adicional às coberturas disponibilizadas pela COSEC, apresentava até ao final de Maio uma ocupação global de 65%, cobrindo 2010 empresas. A linha, também de 420 milhões de euros, destinada exclusivamente a mercados da OCDE, que visa cobrir situações de garantias não atribuídas pela COSEC, apresentava na mesma data uma ocupação global de 43%, com 1700 empresas garantidas.***

A linha de 1000 milhões de euros gerida exclusivamente pela COSEC, que se destina a cobrir exportações para países fora da OCDE, incluindo a Turquia e o México, apresentava um total de aprovações de 100 milhões de euros, tendo já sido concretizadas coberturas num total de 50 milhões de euros para 28 mercados de exportação, dos quais se destacam Angola, Rússia, Cabo Verde, Marrocos, Turquia e Brasil, aguardando-se assim a solicitação dos exportadores para a emissão dos restantes 50 milhões de euros.

No dia 1 de Julho (e até 30 de Junho de 2010) entraram em vigor as novas tarifas de gás natural, aprovadas pela ERSE no quadro das suas competências e nos termos do Regulamento Tarifário.

Os preços do gás natural descem, em média, 3,9% para os consumidores domésticos e para os restantes consumidores com consumos inferiores a 10 mil m³, sendo que a descida das tarifas vai variar conforme as regiões e as empresas que fornecem os serviços. Os consumidores industriais também vão beneficiar de novas baixas no preço do gás (a descida será de 4,2% para as empresas que consomem mais de 2 milhões de m³, enquanto as que consomem entre 10 mil m³ e dois milhões de m³ terão uma redução de 2,1%).

Pedro Castelão de Almeida Sousa Matias foi designado como presidente do conselho geral do Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas (FACCE), e também do conselho geral do Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas (FIEAE).

Através do Decreto-Lei n.º 143/2009, de 16 de Junho **foi alterado o diploma que criou a certificação por via electrónica de micro, pequena e média empresa**, no sentido de facilitar e acelerar o tratamento administrativo dos procedimentos de certificação, designadamente no caso de uma empresa verificar, na data de encerramento das respectivas contas, que ficou aquém ou que superou, pela primeira vez e numa base anual, o limiar de efectivos ou os limiares financeiros previstos para a sua categoria. Desde que, com base numa estimativa de boa fé, preveja que, no exercício seguinte, se vai verificar situação idêntica, pode essa empresa apresentar uma declaração com vista à determinação imediata da aquisição ou da perda da qualidade de micro, pequena ou média empresa.

Política Social e Laboral

Após os parceiros sociais terem sido ouvidos na Comissão de Trabalho e Segurança Social relativamente à proposta do Governo do novo Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, o mesmo foi aprovado, na generalidade, com os votos favoráveis do Partido Socialista e os votos contra dos restantes partidos.

O novo Código prevê, essencialmente, a adaptação da Taxa Social Única (TSU) ao tipo de contrato de trabalho e o alargamento da base de incidência das contribuições para a Segurança Social.

A CGTP salientou a falta de estudos sobre o impacto financeiro do novo código no sistema de Segurança Social.

A UGT considerou que o Código Contributivo representa um avanço positivo.

A CIP propôs a reavaliação das matérias, como a TSU, cuja entrada em vigor o Governo se propôs adiar.

A Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República concluiu que o estudo do Ministério do Trabalho sobre o efeito financeiro do novo Código Contributivo possui omissões, não considera a evolução demográfica, nem quantifica o impacto orçamental da medida.

No debate parlamentar, Vieira da Silva, **ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, declarou que se prevê que, em 2010, o novo Código tenha um impacto positivo de 80 milhões de euros nas contas da Segurança Social.**

Segundo o relatório da Segurança Social, quando o sistema estiver estabilizado esse montante subirá para 170 milhões de euros. Ainda de acordo com este relatório, o alargamento da base de incidência, principal factor de aumento da receita fiscal, permitirá ao Estado, em 2010, arrecadar mais 42,7 milhões de euros, valor que subirá para 128 milhões de euros em 2012 (ano em que o alargamento da base de incidência estará plenamente em vigor).

Ainda a aguardar a discussão na especialidade, **prevê-se o dia 1 de Janeiro de 2010 como nova data para entrada em vigor do Código Contributivo. A adequação da TSU ao tipo de contrato entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2011, e a parte referente ao alargamento da base de incidência será objecto de implementação progressiva até 2012.**

No âmbito da proposta de lei que aprova a regulamentação do Código do Trabalho, **o Governo propôs à Assembleia da República que os trabalhadores que tiverem remunerações em atraso há mais de 15 dias fiquem protegidos de execuções fiscais por falta de pagamento de impostos e de penhoras.**

O Estado, através do Fundo de Socorro Salarial, do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, assegura o pagamento das prestações em atraso. Será igualmente através da Segurança Social que o Estado se substituirá ao trabalhador para reclamar junto da entidade empregadora os montantes correspondentes às prestações que tiver pago.

A suspensão das execuções fiscais e dos bens penhorados cessa, decorrido um ano sobre o seu início.

Entrou em vigor o diploma que procede ao **alargamento transitório das condições de acesso ao subsídio social de desemprego**, o qual **permitirá que mais 15 mil pessoas acedam a esta prestação.**

Dados do Ministério do Trabalho revelam que **cerca de oito mil jovens com contratos precários ou que terminaram os estágios profissionais foram integrados no quadro das empresas ao abrigo dos apoios que visam reduzir a precariedade do emprego** (através da reconversão de contratos a termo ou de prestação de serviços em contratos sem termo) em vigor desde Fevereiro deste ano.

O Boletim de Execução Orçamental de Maio mostra que **no período de Janeiro a Maio de 2009 a despesa registada com o subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego e apoios ao emprego atingiu o montante de 791,3 milhões de euros, um acréscimo de 21,4% face a igual período de 2008.** A subida do desemprego nos primeiros cinco meses do ano obrigou o Estado a gastar mais 140 milhões de euros em subsídios do que em igual período do ano passado.

De acordo com um inquérito da consultora Mercer sobre benefícios de saúde no trabalho, **Portugal é o segundo país da Europa em que se regista o mais elevado número de dias sem trabalhar devido a doença.**

A Comissão Europeia, ao abrigo do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, aprovou um pedido do Governo Português para co-financiar 832,8 mil euros em apoios a 1.504 desempregados despedidos de 49 empresas têxteis do Norte e Centro de Portugal.

Vladimir Spidla, comissário europeu do Emprego, salienta que este montante traduzir-se-á em apoios a acções de formação profissional e apoios à inserção e ao empreendedorismo e integração.

Sistema Monetário e Financeiro

Em Junho, o Banco de Portugal pediu à empresa Privado Holding (PH), accionista única do Banco Privado Português (BPP), para apresentar um novo projecto de saneamento da instituição financeira que não preveja o recurso ao fundo de recapitalização estatal, criado para apoiar as instituições de crédito durante a crise internacional e impulsionar a economia real.

Foi aprovado o Decreto-Lei nº 133/2009, de 2 de Junho, que estabelece as regras a que devem obedecer os contratos de crédito ao consumo, tendo por objectivo conferir uma maior protecção aos consumidores deste tipo de contrato.

O regime estabelece mecanismos de reforço dos deveres informativos do credor, quer na fase de pré-contratual, quer durante a vigência do contrato. Entre outros aspectos, destaca-se o estabelecimento de um valor máximo da indemnização a pagar pelo consumidor em caso de amortização do contrato.

Este novo regime não é aplicável, entre outros casos, aos contratos de crédito cujo montante total de crédito seja inferior a 200€ ou superior a 75 000€.

No mesmo mês, o Conselho de Ministros transpôs uma directiva europeia com vista a reduzir os prazos de reembolso e reforçar os deveres de informação das instituições de crédito perante os seus clientes relativamente aos sistemas de garantia de que beneficiam os depósitos que recebem. A transposição desta Directiva não implicou a revisão do limite de cobertura do Fundo de Garantia de Depósitos, elevado recentemente até aos 100 000 euros.

2. Economia Monetária e Financeira

2.1. Taxas de Juro

TAXAS	Euribor		Obrigações do Tesouro	
	6 meses	12 meses	5 anos	10 anos
08: II	5,130	5,390	4,92	5,08
08: III	5,377	5,495	4,30	4,72
08: IV	2,971	3,049	3,54	3,96
09: I	1,670	1,812	3,55	4,57
09: II	1,313	1,504	3,38	4,41
Abril 09	1,562	1,728	3,28	4,38
Mai 09	1,465	1,631	3,40	4,42
Junho 09	1,313	1,504	3,38	4,41
5 Junho 09	1,468	1,643	3,75	4,61
12 Junho 09	1,478	1,659	3,72	4,57
19 Junho 09	1,438	1,609	3,57	4,50
26 Junho 09	1,334	1,515	3,38	4,44
30 Junho 09	1,313	1,504	3,38	4,41

Fonte: Banco de Portugal e Reuters; valores em percentagem; taxas anualizadas a 360 dias.

Nota: Valores de final de semana/mês/trimestre; os valores para as Obrigações do Tesouro referem-se às *yields* do mercado secundário.

As taxas de juro do mercado monetário europeu baixaram no cômputo de Junho, reflectindo um forte recuo no final de mês em face da injeção de liquidez recorde do BCE no Eurosistema, o que mais do que compensou a subida verificada até então, motivada pela expectativa do fim do ciclo de redução das taxas directoras. A descida revelou-se um pouco mais acentuada nas maturidades inferiores, o que representa um aumento da inclinação da curva de rendimentos. **As taxas Euribor a um e 12 meses atingiram mínimos históricos de 0,75% e 1,5%** em 30 de Junho, traduzindo descidas de 18 e 12,7 pontos base em comparação de final de mês, respectivamente.

No mercado secundário de dívida pública nacional, as taxas de juro de longo prazo reduziram-se de forma pouco significativa no conjunto do mês, tendo-se também assistido a uma reversão do movimento ascendente inicial na segunda metade de Junho, altura em que foram colocadas várias emissões de dívida pública na zona do euro. A *yield* das obrigações do Tesouro nacional a 5 anos passou de 3,4%, no final de Maio, para 3,38% em 30 de Junho, enquanto na maturidade dos 10 anos verificou-se um recuo de 4,42% para 4,41%.

2.2. Mercado de Valores Mobiliários

Índice PSI-20

(valores de fecho das sessões de início e fim das semanas de Junho)

Seg, 1	Sexta, 5	Seg, 8	Sexta, 12	Seg, 15	Sexta, 19	Seg, 22	Sexta, 26	Seg, 29	Terça, 30
7.298,08	7.178,29	7.037,52	7.181,85	7.094,24	7.062,18	6.933,44	6.997,32	7.063,34	7.110,88

Índice composto pelo cabaz das 20 acções mais importantes do mercado, sujeito a uma revisão semestral; 31-12-92= 3000.

Em Junho, o principal índice accionista nacional acompanhou a correcção em baixa dos congéneres europeus, o que não impediu uma forte recuperação no conjunto do semestre, para o que contribuiu a melhoria de resultados em várias cotadas. Após três meses seguidos de valorização, o PSI 20 registou uma quebra de 1,6%, atenuando para 12,1% a subida acumulada no ano. **O valor transaccionado em bolsa também registou uma diminuição face a Maio** (variação mensal de -34,6%), **após dois meses de recuperação, tendo recuado 57,2% em termos homólogos no acumulado do primeiro semestre.**

Na carteira do PSI-20, apenas cinco títulos se valorizaram em Junho, com destaque para os ganhos de 9,9% da PT, alvo de recomendações de compra, e de 7,5% na Cimpor, a reflectir as expectativas de disputa pelo controlo accionista. Do lado das perdas, a queda mais acentuada pertenceu à Galp Energia (10%), não obstante uma recomendação de compra da JP Morgan.

No conjunto do primeiro semestre, apenas o BES, o BCP, a Semapa e a Brisa registaram saldos negativos (quedas de 42,6%, 11,2%, 9,5% e 4,2%, respectivamente), **salientando-se os ganhos muito acentuados dos títulos do grupo Sonae** (74,8% na Sonae.com, 54,2% na Sonae SGPS e 43% na Sonae Indústria), reflectindo, em larga medida, a melhoria de resultados e também a possibilidade de uma fusão entre a Sonae.com e a Zon Multimédia.

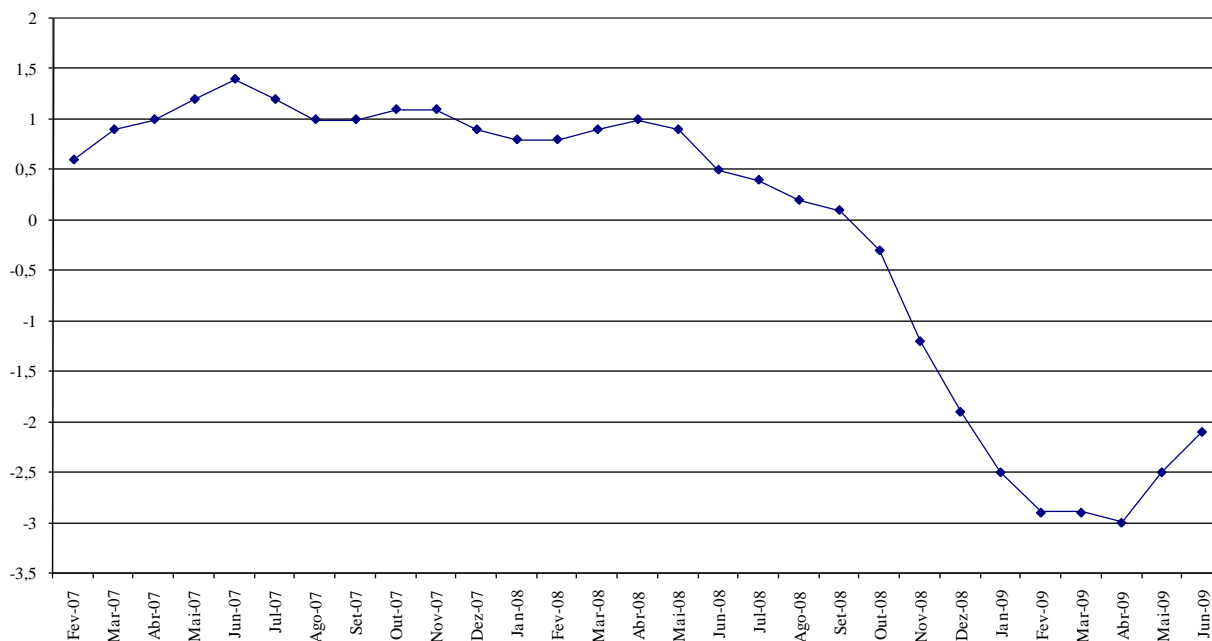
3. Economia Real

3.1. Actividade Económica Global

O indicador de clima económico do INE – síntese da informação de carácter qualitativo relacionada com as principais actividades económicas – continuou, em Junho, a inversão na tendência descendente que vinha a experimentar, passando para um valor de -2,1 (contra -2,5 em Maio).

Todos os índices de confiança em que se apoia este indicador melhoraram os seus resultados neste mês de Junho, com excepção do indicador de confiança da indústria transformadora. Assinale-se, sobretudo, a melhoria, superior à dos restantes indicadores, do Índice de Confiança dos Consumidores.

Índice de Clima Económico - Portugal



Fonte: INE

O indicador de confiança da indústria transformadora voltou a deteriorar-se, com -31,4 no mês de Junho, Contra -31,2 em Maio. Esta inversão relativamente ao comportamento do mês anterior deveu-se a uma deterioração do saldo das respostas relativas às perspectivas de produção nos próximos três meses.

O indicador de confiança do comércio continuou a tendência de melhoria iniciada em Abril, passando de -17,2 em Maio para -14,8 em Junho. Este resultado é principalmente decorrente da melhoria do saldo das opiniões quanto às perspectivas da actividade nos próximos três meses, e do nível de existências, tendo-se registado, também, uma melhoria nas perspectivas de actividade corrente. Esta evolução ocorreu tanto no comércio por grosso como no comércio a retalho, sendo mais evidente neste último.

O indicador de confiança da construção e obras públicas melhorou em Junho pela segunda vez consecutiva vez nos últimos meses, tendo passado de -47,3 no mês de Maio para -45,8 em Junho.

O indicador de confiança dos consumidores melhorou em Junho para -43,5 relativamente aos -46,2 verificados em Maio. Todos os indicadores que o compõem melhoraram, destacando-se, em termos de variação positiva, o saldo das opiniões quanto à situação económica no País nos próximos 12 meses.

3.2. Procura Interna

Em linha com o contexto internacional envolvente, **os indicadores de investimento nacionais reflectem, agora, um ligeiro abrandamento da deterioração. Notam-se, entretanto, sinais positivos no consumo**, como a melhoria do Índice de Confiança dos Consumidores, **mas os restantes indicadores também acusam, de um modo geral, a continuação de uma situação de deterioração, ainda que a um ritmo menor.**

3.2.1. Consumo

	Fonte	08:III	08:IV	09:I	Mar 09	Abr 09	Mai 09	Jun 09
Indic. Confiança dos Consumidores ⁽¹⁾	INE	-36,5	-42,7	-51	-51	-49,5	-46,2	-43,5
Venda de automóveis não comerciais	BdP	0,9	9,1	-42,5	-42,1	-33,9	-33,6	-23,5
Importações de bens de consumo ⁽²⁾	INE	3,7	2,2		-2,0	-12,0	-6,6	
Procura interna de bens de consumo ⁽¹⁾	INE	-28,0	-31,6	-51,5	-51,0	-55	-49	-51
Volume de negócios do comércio a retalho ⁽³⁾	INE	-1,0	-4,7	-3,7	-5,1	-1,5	-2,3	
Crédito ao consumo ⁽⁴⁾	BdP				2,9	2,1	1,9	

Taxas de variação face ao período homólogo do ano anterior, em percentagem (salvo indicação em contrário);

(1) Inquéritos de Conjuntura aos Consumidores e à Indústria Transformadora; saldo de respostas extremas (média móvel de 3 meses);

(2) Taxa de variação em termos nominais (Média Móvel de 3 meses).

(3) Taxa de variação em termos reais; índices corrigidos dos dias úteis;

(4) Valores corrigidos de reclassificações e de operações de titularização de crédito

O indicador coincidente do consumo privado do BdP apresentou, em Maio, um valor de -0,2% contra -0,4% em Abril

No que toca a despesa das famílias em bens de consumo, os dados disponíveis de Maio e Junho foram mais favoráveis com excepção da evolução do indicador da procura interna. Em Maio, o volume de negócios do comércio a retalho diminuiu 2.3% em termos homólogos (-1,5% em Abril). A despesa em bens alimentares alterou a anterior tendência, registando, em Maio, uma tvh de -0,3% (em Abril a tvh tinha sido de +1,6%). A despesa em bens não alimentares manteve em Maio a sua queda homóloga de Abril em -4,0% (-4,6% sem combustíveis, contra -4,1% no mês anterior).

3.2.2. Investimento

	Fonte	08:III	08:IV	09:I	Fev 09	Mar09	Abr 09	Mai 09	Jun 09
Indicador de FBCF	INE	-4,0	-7,8		-15,1	-19,6	-19,1		
Vendas de veículos comerciais	BdP	6,4	-10,4	-40,5	-38,2	-38,3	-32,7	-41,8	-35,0
Importações bens de investimento ⁽¹⁾	INE	8,3	-2,7		-25,4	-16,0			
Índice produção bens de investimento	INE		-0,8	1,6	-23,1	-13,4	-23,1		
Vendas de cimento	BdP	-3,4	-14,7	-16,9	-23,4	-2,4	-13,4	-17,1	-14,2
Índice de Produção na Construção	BdP	-1,7	-1,7	-4,4	-6,1	-1,0	-2,8	-2,0	
Crédito para compra de habitação ⁽²⁾	INE		4,7		3,5	3,2	2,9	2,7	
Crédito às sociedades não financeiras ⁽²⁾	BdP		11,7		9,0	8,2	7,8	7,1	
Valor de obras públicas adjudicadas ⁽³⁾	BdP								

Taxas de variação face ao período homólogo do ano anterior, em percentagem (salvo indicação em contrário);

(1) Média móvel a 3 meses da taxa de variação em termos nominais; exclui material de transporte.

(2) Valores corrigidos de reclassificações e de operações de titularização de crédito.

(3) Taxa de variação acumulada no ano face ao período homólogo do ano anterior.

Os dados mais recentes continuam a apontar para uma menor deterioração do investimento.

O indicador coincidente do FBCF decresceu 19,1% em Abril (último valor conhecido), correspondendo a um ligeiro desagravamento relativamente ao mês anterior. Todos os outros indicadores disponíveis registaram um desagravamento na sua evolução, com exceção da importação de bens de investimento.

O crédito às sociedades não financeiras continua a aumentar a taxas relativamente elevadas, contrariando a ideia de um congelamento no acesso das empresas à banca, apesar de revelar uma clara tendência de desaceleração.

3.3. Comércio Internacional

Resultados Globais

	Fev 08 – Abr 08	Fev 09- Abr 09	Variação
Total			
Saída (Fob)	10 050.1.	7 329.9	-27.1%
Entrada (Cif)	15 881.8	11 270.5	-29.0%
Saldo	-5 831.7	-3 940.6	32,5%
Taxa de Cobertura	63.3%	65.0%	-
União Europeia a 27			
Expedição	7 709.7	5 526.7	-28.3%
Chegada	11 796.4	8 860.3	-24.9%
Saldo	-4 086.7	-3 333.7	18,4%
Taxa de Cobertura	65.4%	62.4%	-
Países Terceiros			
Exportação	2 340.4	1 803.2	-23.0%
Importação	4 085.4	2 410.2	-41.0%
Saldo	-1 686.4	-606.9	64,0%
Taxa de Cobertura	57.3%	74.8%	-

Fonte: INE(em milhões de euros)

No primeiro trimestre, o défice comercial de Portugal fixou-se em 3.940 milhões de euros, um montante que representa um desagravamento de cerca de um terço face ao mesmo período de 2008 e uma ligeira redução face ao trimestre anterior.

No período em análise, **tanto as saídas (-27,1%) como as entradas (-29,0%) de mercadorias registaram uma redução**, conduzindo a uma melhoria da taxa de cobertura em 1,7 p.p. face ao período homólogo e em 0,5 p.p. relativamente ao período anterior

Continuou a verificar-se uma deterioração na taxa de cobertura do comércio intracomunitário relativamente ao trimestre homólogo do ano anterior, à semelhança do que aconteceu em períodos anteriores, compensada pela melhoria no comércio extracomunitário.

Todas as categorias de produtos tiveram taxas de variação negativas tanto na exportação como na importação, com excepção dos bens não especificados.

Relativamente ao período anterior, os países terceiros à União Europeia voltaram a ver diminuído o seu peso nas exportações portuguesas, ainda que mais ligeiro que no período anterior.

Em Março, a Espanha, a Alemanha e a França continuaram a ser os nossos principais fornecedores de bens, com a Espanha a diminuir ligeiramente o seu peso no total das entradas de bens. Em termos de saídas, os nossos principais clientes foram a Espanha (com ligeiro decréscimo no peso), a Alemanha e a França (com aumento relativamente ao mês anterior). Angola continua a ser o quarto cliente de Portugal.

3.4. Emprego e Desemprego

	Nov 08	Dez 08	Jan 09	Fev 09	Mar 09	Abr 09	Mai 09
Taxa de Desemprego	7.9	8.2	8.5	8.9	9,1	9,3	9,3

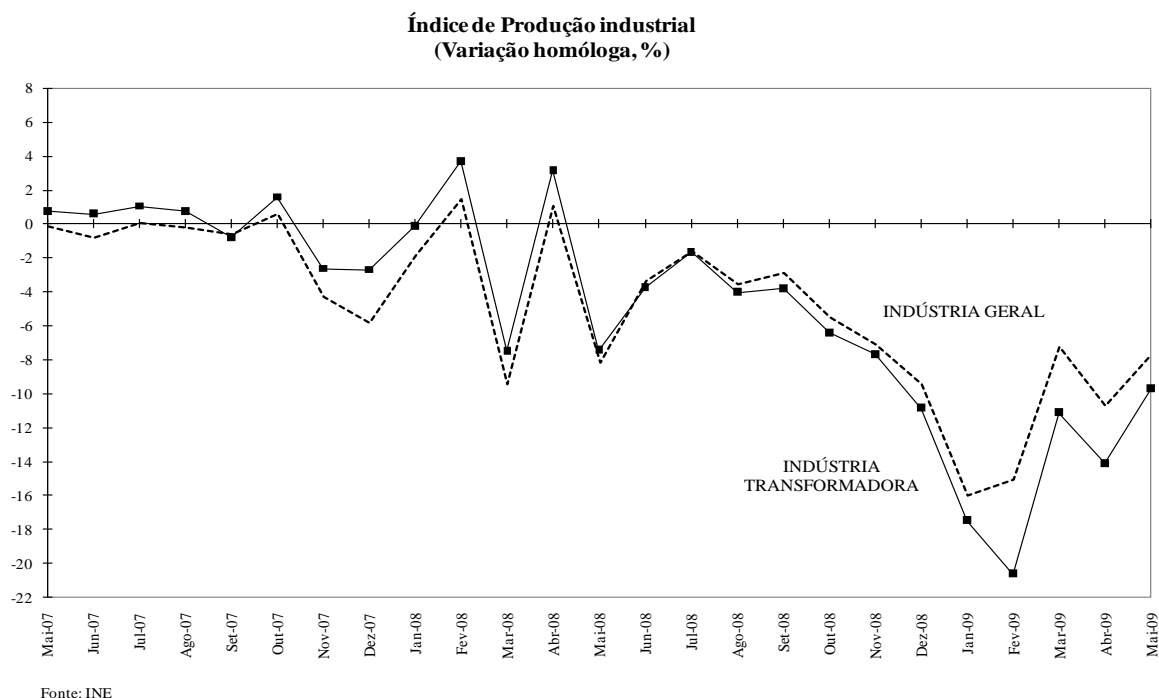
Fonte: Eurostat, dados ajustados de sazonalidade.

Tendo em conta que os dados fornecidos pelo INE têm carácter trimestral, **apresentam-se as estimativas mensais do Eurostat, que apontam para uma taxa de desemprego de 9,3% em Maio**, igual à verificada em Abril.

De acordo com as estatísticas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, no final do mês de Maio, estavam registados nos Centros de Emprego 489,1 mil desempregados, um decréscimo de 0,5% relativamente a Abril. Relativamente ao mesmo período de 2008, este número representa um acréscimo de 27,6%. O número de desempregados de longa duração diminuiu, em termos anuais, 0,4%.

3.4. Conjuntura na Indústria

O índice de produção industrial registou uma quebra homóloga menos acentuada em Maio (7,7%, menos 3 p.p. que no mês precedente), mantendo uma perda de 7,5% em média anual. A melhoria do comportamento homólogo acompanhou o desagravamento das perdas na indústria transformadora (4,4 p.p., para 9,7%), tendo-se verificado um abrandamento no caso das indústrias de electricidade, gás, vapor, água e ar (de uma tvh de 12,1% para 5,8%).



Na repartição por agrupamentos, **os dados revelaram um desagravamento significativo das quebras homólogas nas indústrias de bens de consumo, intermédios, e de investimento** (para tvh de -6,2%, -12,5% e -10,8%, respectivamente), **sobretudo neste último caso, onde a perda se reduziu para cerca de metade**. A produção continuou a aumentar nas indústrias de energia, embora a um ritmo inferior (tvh de 4,4%, face a 5,2% em Abril). O comportamento em média anual caracterizou-se por um reforço da descida nos bens intermédios (para 10,2%) e uma atenuação das quebras no resto dos agrupamentos.

Índice de produção industrial

	08: I	08: II	08: III	08: IV	09: I	Mar-09	Abr-09	Mai-09	
								TVH	TVM 12m
Índice Geral	-3,3	-3,5	-2,7	-7,3	-12,7	-7,2	-10,7	-7,7	-7,5
Industrias Extractiva	8,3	6,9	20,3	-9,5	-21,3	-8,7	-1,9	-7,1	-2,2
Ind. Transformadora	-1,3	-2,7	-3,2	-8,3	-16,4	-11,1	-14,1	-9,7	-9,2
Elect., Gás, Vapor, Água, Ar	-15,8	-11,1	-4,9	-1,4	11,4	19,8	12,1	5,8	1,4
Águas, saneamento, outros	8,3	4,9	8,1	0,4	-1,7	1,1	-5,8	-2,9	1,2
<i>Por grandes agrupamentos:</i>									
Bens de Consumo	-3,8	-2,9	-3,3	-7,9	-9,2	-4,4	-7,2	-6,2	-6,3
Bens Intermédios e outros*	2,7	-1,3	0,6	-11,8	-19,0	-13,3	-15,8	-12,5	-10,2
Bens de Capital	-3,2	-6,8	-3,2	-0,5	-18,4	-13,4	-20,9	-10,9	-9,6
Energia	-14,4	-7,1	-7,7	-1,2	0,6	9,3	5,2	4,4	-1,8

Fonte: INE ; dados com correcção de efeitos de calendário; Base: 2005=100; CAE Rev.3; Taxas de variação percentual homóloga (tvh), excepto na última coluna (taxa de variação média de 12 meses – tvh 12m); * Inclui a recolha, tratamento e eliminação de resíduos.

Atendendo à divisão da indústria transformadora em subsectores, os dados actuais permitem destacar, quanto a comportamentos negativos:

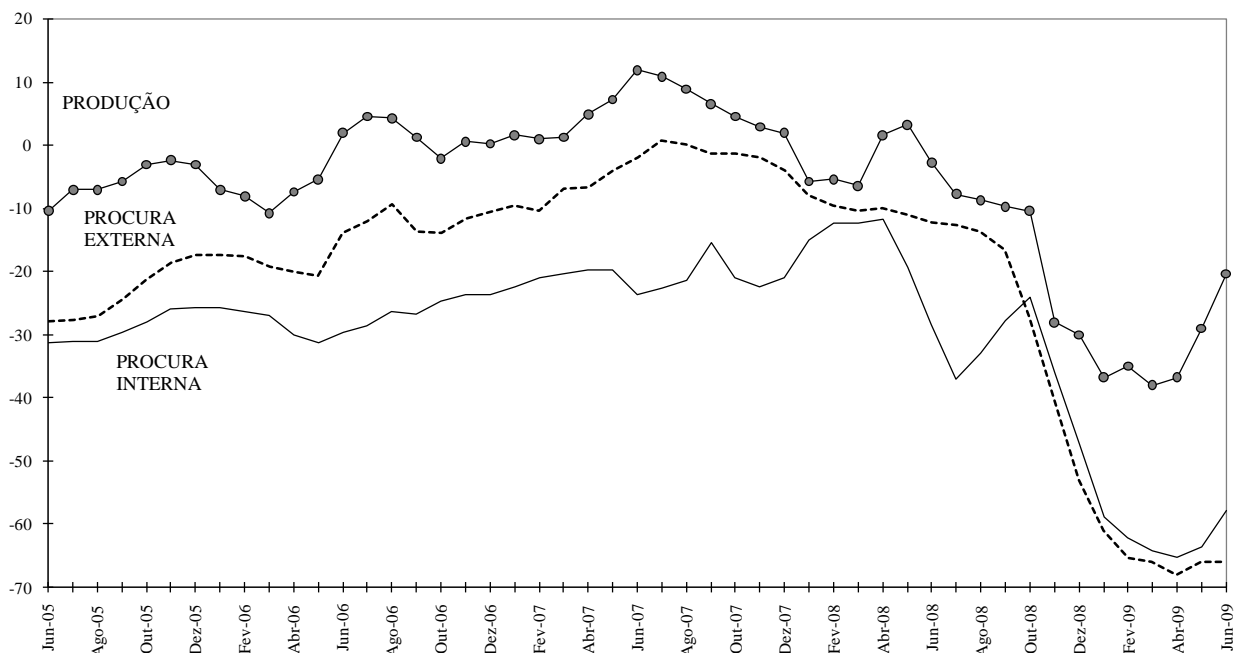
(i) a manutenção da contracção nas indústrias de equipamento eléctrico (tvm 12 m de -11,9% em Abril), de veículos automóveis (-22,7%), de bebidas (tvm 12m de -1,1% em Maio), do tabaco (-11,3%), têxteis (-9,3%), do vestuário (-12,7%), de couro e produtos de couro (-15,2%), de madeira e cortiça (-11,6%), de impressão (-5,2%), de produtos petrolíferos (-15,4%), de produtos químicos (-18,1%), de borracha e plásticos (-14,8%), de minerais não metálicos (-12,1%), de produtos metálicos (-8%), de máquinas e aparelhos eléctricos (-2,9%), de mobiliário e colchões (-10,4%);

(ii) o abrandamento da produção nas indústrias de produtos farmacêuticos (de uma tvh 12m de 2,3% em Março, para 0,5% em Abril) e nas indústrias de recolha e tratamento de resíduos (de uma tvh 12m de 1,4% em Abril, para 1,2% em Maio).

Quanto a comportamentos positivos, salienta-se:

- (i) a aceleração da produção nas indústrias de pasta e papel (de uma tv_m 12m de 0,2% em Abril, para 0,5% em Maio) e a retoma do crescimento nas indústrias metalúrgicas de base (2,1% em Maio);
- (ii) a manutenção de um andamento positivo da produção nas indústrias alimentares (tv_m 12m de 1% em Maio).

Produção e Procura na Indústria Transformadora
Média Móvel de 3 meses - s.r.e.



Fonte: INE

Em Junho, o inquérito mensal à indústria transformadora voltou a apontar para uma atenuação da quebra de actividade, com o saldo de respostas sobre a produção corrente a subir para o máximo desde Agosto do ano passado. **As indicações sobre a carteira de encomendas continuaram a recuperar, sobretudo na componente doméstica**, enquanto as avaliações dos *stocks* de produtos acabados passaram a sugerir um reforço do nível de existências.

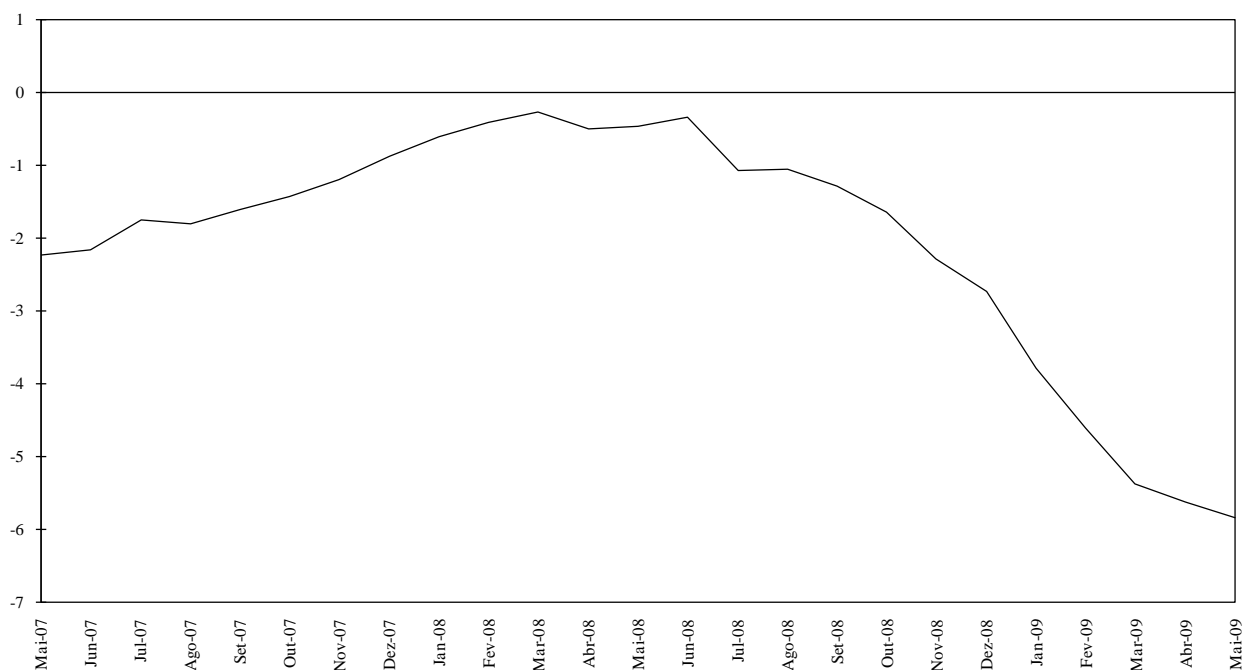
No detalhe dos dados por tipo de bens produzidos, **as respostas sobre a produção corrente melhoraram de forma mais significativa nos bens intermédios e de investimento, enquanto na avaliação da carteira de encomendas destacou-se sobretudo a subida da procura interna nos bens intermédios**. No que se refere aos *stocks*, a indicação de reforço do nível de existências teve origem nas indústrias de bens de equipamento, mais do que compensando o recuo nos bens intermédios e de consumo.

Os dados de Maio do índice de volume de negócios evidenciaram uma perda homóloga um pouco menos acentuada (21,8%, em termos nominais, face a 22,5% no mês anterior), mas a descida em média anual continuou a agravar-se (para 10%). **A atenuação da queda homóloga revelou-se mais forte no mercado doméstico** (0,9 p.p., para 18,8%, contra 0,4 p.p. no mercado externo, para 26,9%), que continuou a evidenciar uma evolução menos negativa em média anual (tvm 12m de -7,5%, face a -14,1% nas vendas para o exterior).

Nos agrupamentos, a atenuação das perdas nas indústrias de bens intermédios e de investimento (para 25,2% e 16,7%, respectivamente, face a 27,3% e 23,8% em Abril) **contrastou com o comportamento mais negativo nos bens de consumo e na energia** (reforço das quebras em 3,3 p.p. e 0,2 p.p., respectivamente, para 8,2% e 32,7%). Em média anual, o agravamento das perdas foi generalizado, com as descidas mais vincadas a pertencerem aos agrupamentos de bens intermédios (13,3%) e de investimento (15,4%).

A informação avançada disponível, do inquérito à indústria transformadora de Junho, apontou para uma atenuação mais moderada das perdas de produção nos próximos meses, tendo em conta a ligeira deterioração das indicações da produção prevista dentro de uma tendência que é ainda de recuperação. **No caso dos preços de venda, pelo contrário, as avaliações melhoraram de forma significativa**, situando-se no nível mais elevado desde Outubro do ano passado. Este comportamento sugere uma evolução menos desfavorável das vendas ao longo dos próximos meses.

Índice de Emprego industrial (Variação homóloga, %)



Fonte: INE

Em Maio prosseguiu o alargamento das quebras no índice de emprego industrial, quer em termos homólogos (0,2 p.p., para 5,8%) como em média anual (0,5 p.p., para 3%). **O índice de horas trabalhadas manteve uma perda média anual de 3,4%**, após um forte agravamento no mês precedente, **traduzindo-se numa menor descida da ocupação laboral da indústria** no confronto com a evolução do emprego.

3.6. Preços

	08:III	08:IV	09:I	Fev 08	Mar 09	Abr 09	Mai 09	Jun 09	tvm 12m
IPC Total	3,1	1,5	0,0	0,2	-0,4	-0,5	-1,2	-1,6	0,9
IPC Bens	3,2	0,7	-1,1	-0,8	-1,8	-2,0	-2,9	-3,6	0,0
IPC Serviços	2,8	3,0	1,8	1,8	1,8	1,7	1,8	1,9	2,2

Fontes: INE; Banco de Portugal

Taxas de variação percentual face ao período homólogo do ano anterior, salvo outra indicação.

A inflação em Portugal continua a estar visivelmente abaixo da observada na zona do euro. **Em Junho, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma taxa de variação homóloga de -1,6%. A variação média dos últimos doze meses baixou para 0,9%.**

A tvh do IPC foi inferior em 1,3 p.p. ao indicador da inflação subjacente (medido pelo índice total excepto produtos alimentares não transformados e industriais energéticos), que teve uma variação homóloga de 0,3%, contra os 0,5% de Maio.

No mês de Junho, são de destacar as descidas de preços (em termos homólogos) nos transportes e bens alimentares (as duas maiores descidas, com -5,1% em cada classe), vestuário e calçado e nas comunicações. Por outro lado, as maiores subidas verificaram-se nas bebidas alcoólicas e tabaco (2,9%), na educação (3,5%) e nos restaurantes e hotelaria (2,7%).

3.6. Conjuntura de Pagamentos com o Exterior

	2006	2007	2008	Jan-Abr 08	Jan-Abr 09	Δ
Balança Corrente	-15.589	-15.374	-20.163	-6.619	-4.777	-27,8%
Mercadorias	-16.763	-17.549	-21.362	-6.777	-4.661	-31,2%
Serviços	4.954	6.489	6.548	1.626	1.355	-16,7%
Rendimentos	-6.301	-6.921	-7.817	-2.343	-2.173	-7,3%
Transferências Correntes	2.521	2.607	2.468	876	703	-19,7%
Balança de Capital	1.234	2.097	2.747	1.317	739	-43,9%
Balança Financeira	14.116	13.136	18.050	5.565	4.485	-19,4%
Investimento Directo	3.004	-1.775	974	151	721	377,5%
De Portugal no exterior	-5.691	-4.013	-1.437	-889	-894	0,6%
Do exterior em Portugal	8.695	2.238	2.411	1.040	1.615	55,3%
Investimento de Carteira	3.864	10.043	13.822	5.381	6.126	13,8%
Activos	-6.602	-7.988	-12.363	40	-7.576	s.s.
Passivos	10.466	18.031	26.185	5.341	13.702	156,5%
Outro Investimento	5.548	3.983	3.083	359	-2.637	s.s.
Activos	-13.652	-11.634	11.730	-4.658	624	s.s.
Passivos	19.200	15.617	-8.647	5.017	-3.261	s.s.
Derivados Financeiros	-220	173	251	-110	220	s.s.
Activos de Reserva	1.919	713	-79	-217	55	s.s.

Erros e Omissões	239	142	-634	-263	-448	70,3%
-------------------------	------------	------------	-------------	-------------	-------------	--------------

dados provisórios expressos em milhões de euros (m.e.)
Fonte: Banco de Portugal

Nota prévia: a análise evolutiva das várias rubricas da Balança de Pagamentos deve ser feita com especial cautela, atendendo ao carácter provisório dos dados e à disparidade de valores da componente "erros e omissões" nos períodos em confronto, esperando-se a sua redução e redistribuição pelas outras componentes da Balança de Pagamento.

A informação mais recente das contas externas, referente ao período de Janeiro a Abril, evidenciou uma quebra homóloga de quase 28% no défice da Balança Corrente, que se situou em 4777 m.e.. Este resultado decorreu de uma descida acentuada do défice da balança de mercadorias (em 2116 m.e.), em conjunto com a atenuação modesta do saldo negativo da balança de rendimentos (em 170 m.e.). A melhoria das duas rubricas sobrepôs-se ao decréscimo do excedente das balanças de serviços (em 271 m.e.) e transferências correntes (em 173 m.e.).

Na Balança de Capital, o saldo positivo reduziu-se cerca de 44% face aos quatro primeiros meses de 2008, para 739 m.e., reflectindo a evolução das entradas líquidas de fundos comunitários. **Mesmo assim, o défice conjunto das balanças corrente e de capital registou uma descida homóloga de quase 24%** (para 4038 m.e.).

Em consonância com a diminuição das necessidades de financiamento da economia, o excedente da balança financeira reduziu-se 1080 m.e., com origem no "outro investimento". O saldo desta componente passou de positivo a negativo, com o pagamento de passivos a sobrepor-se às vendas de activos. **Todas as demais rubricas apresentaram saldos mais elevados** em comparação homóloga, **com destaque para o reforço dos excedentes de investimento de carteira** (a reflectir o aumento de passivos superior à venda de activos) **e de investimento directo líquido** (traduzindo a melhoria do investimento directo estrangeiro, pois manteve-se quase inalterado o fluxo de saída de capitais). **Salienta-se ainda a variação de sinal contrário e magnitude semelhante nos passivos de carteira e de outro investimento, sugerindo a substituição do crédito por maturidades mais curtas e titulado, situação consistente com as dificuldades de financiamento associadas à crise financeira,** obrigando muitas vezes os bancos nacionais a financiarem-se directamente junto do BCE.

Principais sítios da Internet consultados *na elaboração do Relatório Mensal de Economia:***Economia Internacional:**

www.boj.or.jp/en (Banco do Japão)
www.ecb.int (Banco Central Europeu)
www.bloomberg.com (agência noticiosa Bloomberg)
www.bea.doc.gov (*Bureau of Economic Analysis* - EUA)
www.bls.gov (*Bureau of Labor Statistics* - EUA)
www.census.gov (*Census Bureau* - EUA)
http://europa.eu.int/comm/index_en.htm (Comissão Europeia)
www.conference-board.org (Instituto *Conference Board* - EUA)
www.cbo.gov (*Congress Budget Office* - EUA)
www.esri.cao.go.jp/en (*Economic and Social Research Institute* - Japão)
<http://epp.eurostat.cec.eu.int/portal/> (Eurostat)
www.federalreserve.gov (*Federal Reserve* - EUA)
www.imf.org (Fundo Monetário Internacional)
www.stat.go.jp/english (Gabinete de Estatística japonês)
www.mof.go.jp (Ministério das Finanças japonês)
<http://metalsplace.com> (notícias sobre metais)
www.oecd.org (Organização para o Crescimento e Desenvolvimento Económico)
http://europa.eu.int/index_pt.htm (Portal da União Europeia)
<http://finance.yahoo.com> (Secção Financeira do Yahoo)
<http://metalsplace.com> (sítio especializado em notícias sobre metais de base)

Economia Nacional:

www.bportugal.pt (Banco de Portugal)
http://europa.eu.int/comm/index_en.htm (Comissão Europeia)
www.erse.pt (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)
www.cmvm.pt (Comissão de Mercados de Valores Mobiliários)
www.cosec.pt (COSEC)
www.dgo.pt (Direcção-Geral do Orçamento – Ministério das Finanças)
www.imf.org (Fundo Monetário Internacional)
www.gpeari.min-financas.pt (Gab. de Plan., Estratégia, Avaliação e Relações Int. – Ministério das Finanças)
www.ine.pt (Instituto Nacional de Estatística)
www.oecd.org (Organização para o Crescimento e Desenvolvimento Económico)
www.portugal.gov.pt (Portal do Governo)
www.incentivos.qren.pt (Sistemas de incentivos – QREN)